

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 014

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/PSC - 06: Chico Noroeste - Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
14 DE MARÇO DE 2000**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 220**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao projeto de lei, de nossa autoria, que autoriza o Poder Executivo a incluir no nível

PG7, os professores que obtiveram certificado de especialização até 30 de julho de 1999.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 233**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 040/00, que dispõe sobre parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA e de multas de trânsito estaduais, conforme especifica e adota outras providência.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 251**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o Horário do Grande Expediente do dia 21 de março, para que seja utilizado pelo professor Reginaldo Radel, que irá explanar sobre “Software Livre”, assunto este relativo ao Projeto de Lei nº 030/2000, que tramita nesta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**REQUERIMENTO Nº 248**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 655/99, de minha autoria, que tem por objetivo denominar de Miguel Nasser, o trecho da rodovia que liga Antonina a Guaraqueçaba, por já ser objeto de denominação.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) RICARDO CHAB

**REQUERIMENTO Nº 221**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor José Antonio Ferrari, falecido neste dia 14 de março, no município de Cianorte.

Peço enviar cópia à família enlutada na Rua Dezenove de Dezembro, 904, Cianorte - Paraná - CEP: 87200-000.

Sala das Sessões, em 14.03.2000

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 222**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da senhora Orminda Cuartieri Volpato, falecida no último dia 12 de março, no município de Cianorte.

Peço enviar cópia à família enlutada na Rua Belo Horizonte, 623, Cianorte - Paraná - CEP 87.200-000.

Sala das Sessões, em 14.03.2000

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor José Mariussi, falecido no último dia 11 de março, no município de Londrina.

Peço enviar cópia à família enlutada na Rua Guaporé, 164, Londrina - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.2000

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 224

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família do senhor Eloí Catani, chefe de gabinete do prefeito municipal de Guaporema, falecido no último dia 10 de março, no citado município.

Peço enviar cópia à família enlutada na Avenida Padre Valdo - Guaporema - Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.2000

(a) EDNO GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 226

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Juiz do Tribunal de Alçada Carlos Alberto Raitani Condessa ocorrido em 01.03.2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital, em 01.03.2000, o juiz do Tribunal de Alçada, Carlos Alberto Raitani Condessa.

O juiz era natural de Curitiba e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba, em 1999.

Ele foi aprovado em concurso público, em 1968, para o cargo de juiz substituto da 4ª Sessão Judiciária do Estado, com sede na Comarca de Paranaguá, Morretes e Antonina.

Em 1971, foi nomeado juiz de Direito da Comarca de Assis Chateaubriand, julgando, ainda, nas Comarcas de Laranjeiras do Sul e Irati.

O magistrado foi removido para Curitiba em 1985, onde atuou como juiz substituto. Em 1997, assumiu como juiz substituto em 2º grau.

Raitani Condessa recebeu elogios, por meio de portarias, do TRE da Corregedoria Geral da Justiça, tendo atuado ainda como juiz eleitoral da 177ª Zona Eleitoral.

O passamento do juiz do Tribunal de Alçada Carlos Alberto Raitani Condessa veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos dentre eles, este parlamentar.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Carlos Alberto.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração, a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Carlos Alberto e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida.

Senhor, abençoei a família do juiz Carlos Alberto Raitani Condessa para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor da justiça.

É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Carlos Alberto sob sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções e, assim, possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa o Estado do Paraná, através deste parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Raitani Condessa, endereçando a ela voto de profundo pesar.

#### REQUERIMENTO Nº 249

Senhor Presidente.

O deputado estadual que subscreve o presente requerimento, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, que seja consignado nos Anais da sessão do dia de hoje, desta Casa Legislativa Estadual, votos de pesar pelo falecimento do senhor Paulo Roberto Marson Brotto, ocorrido neste dia 14 de março, aos 39 anos.

Do aprovado, o parlamentar requerente, solicita que seja oficiado à família enlutada na pessoa de Dulcinéia Brotto, e ainda ao senhor Walter Pitol, diretor-presidente da Cooperativa Consolata Ltda - Copacol, sobre o teor deste requerimento. (Rua Desembargador Munhoz de Mello, 176 - CEP: 85415-000 - Cafelândia - Paraná).

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) ELIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

O senhor Paulo Roberto Marson Brotto vinha exercendo as funções de gerente de produção de carnes da Copacol.

Homem de grande valor, que deixa saudade pelo exemplo de vida que viveu. Firme, decidido e abnegado em seu trabalho, ofereceu a virtude de seu caráter e de sua paixão, para contribuir de forma altamente positiva para a cooperativa, da qual era funcionário.

No seio de sua família, foi um filho, esposo e pai cheio de bondade, amor e compreensão, colocando esse triado como alicerce de sua existência.

A Assembléia Legislativa do Paraná se associa ao luto e à dor da família, lamentando a sua perda prematura e transmitindo as condolências para a esposa, filhos, parentes, ao grande círculo de amigos e a diretoria e ao quadro de funcionários da Copacol.

#### REQUERIMENTO Nº 227

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de União da Vitória, pelo transcurso, no próximo dia 27.03.2000, de seus 109 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Pedro Ivo Ilkiv, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor doutor Henrique Cezar Guzzoni, assim como a todos os senhores vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 27.03, o município de União da Vitória estará comemorando mais um aniversário de sua emancipação política, que temos certeza será comemorado festivamente.

Portanto, é justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de reconhecimento e gratidão à população de União da Vitória.

É através do trabalho integrado, da união de forças que se construirá um Paraná mais digno e mais justo para os paranaenses.

União da Vitória é considerada importante pólo de desenvolvimento da Região Sul do Paraná.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, associa-se às homenagens que orgulhosamente serão prestadas, no próximo dia 27.03.2000, à toda população, que com muita garra sempre acreditou num futuro promissor para o seu município.

#### REQUERIMENTO Nº 230

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Diário Popular, (Rua XV de Novembro, 1190 - Curitiba), pela passagem de seus 37 anos.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal do Estado, (Rua Doutor Roberto Barrozo, 22 - Curitiba), pela série de reportagens "Dossiê da Água".

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Estado, publicou uma série de reportagens sob o título "Dossiê da Água", onde, com clareza e abrangência, foram enfocados os principais problemas ambientais da Região Metropolitana de Curitiba, causados pela degradação dos rios e mananciais.

O jornalista Gladimir Nascimento, no "Dossiê da Água", abordou a situação dos rios, como Palmital, Itaqui e outros; o Karst e suas conseqüências; degradação ambiental e situação dos mananciais; ICMS Ecológico; Lei de Recursos Hídricos; preservação e custo da tarifa de água; canal extravasor e outros problemas que contribuem para agravar esta questão. E o fez de tal forma, mostrando a gravidade do problema e deixando a mensagem de alerta que, nós, representantes do povo paranaense, não podemos nos omitir na busca de soluções para proteger esse bem maior que é a água - elemento indispensável à sobrevivência do homem na Terra. Não podemos permitir que aconteça a catástrofe de, até o ano 2025 termos mananciais esgotados pela degradação ambiental, como bem colocou o jornalista, sob pena de sermos responsabilizados.

São trabalhos como este que valorizam a comunicação, prestando um verdadeiro serviço de Utilidade Pública. Merece a direção do Jornal do Estado, na pessoa de seu Diretor - Rodrigo Barrozo, o louvor e agradecimento desta Casa de Leis e os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná, extensivo ao jornalista responsável pelo "Dossiê da Água" - Gladimir Nascimento.

## REQUERIMENTO Nº 232

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa Café Damasco (BR-277 - Rodovia Curitiba-Ponta Grossa, nº 3661 - Curitiba), pela passagem de seus 40 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

## REQUERIMENTO Nº 242

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à direção e funcionários do Hotel Estância Betânia, pela passagem de seus 10 anos de fundação, o qual ocorrerá no dia 17 de março de 2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Irmã Superiora Gabriele Kumm, e ao Pastor Fred Roland Bornschein, presidente da Irmandade Evangélica Betânia, através de correspondência a ser encaminhada, Caixa Postal 4206, CEP: 82501-970, nesta Capital.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

## REQUERIMENTO Nº 245

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à “Adubos Viana” pela construção de nova unidade armazenadora em Ponta Grossa.

Em construção há quase um ano a obra nasceu da necessidade de um local próprio para guardar a produção de grãos comercializados pela empresa. No mercado há quase 10 anos, e utilizando-se dos serviços de terceirização dos serviços, a empresa preferiu investir num complexo que mais tarde poderá ser ampliado.

A capacidade estática da unidade chega a 100 mil toneladas. Só para recepção o complexo tem condições de atender 480 toneladas por hora, o equivalente a 16 carretas. Os investimentos em Ponta Grossa são tanto de estrutura física quanto em equipamentos modernos. O funcionamento se dará de forma rápida graças a um sistema de recepção moderno com dois tombadores para descarga, elevadores e outros maquinários próprios que já estão sendo montados.

Juntamente com esta unidade de armazenagem, também serão implantados pequenos pontos de recepção em alguns municípios da região, como forma de agilizar o transporte.

A empresa conta com uma frota de 90 caminhões e um quadro funcional de 350 pessoas incluindo os profissionais que estão trabalhando na obra.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Pedro Viana - proprietário da “Adubo Viana”, diretores, assim como “a todos os funcionários, na Avenida Visconde do Rio Branco, 2.799 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 225

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exce-lentíssimo senhor secretário de estado da Secretaria dos Transportes, solicitando urgente recapeamento nas Rodovias que interligam os municípios de Lobato/Santa Fé, Lobato/ Flórida e Lobato/Colorado, por as mesmas encontrarem-se em péssimas condições de tráfego, colocando em risco de vida motoristas que por ali trafegam.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

## REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná, no sentido de atender o pedido do senhor Valter Luiz dos Santos, residente à Rua Luiz Cardoso nº 100 - bairro CIC, que pede agilização e previsão da instalação de terminal telefônico cuja inscrição foi feita através do CPF: 447.935.619-34, há mais ou menos 01 (um) ano. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 244-7534 (recados com Maria).

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, ao uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Araucária, no sentido de atender o pedido da senhora Cacilda Ribeiro Colaço, residente à Rua José Antonio Janoski nº 245 - Jardim Tropical, que solicita a limpeza de 03 (três) terrenos baldios, sendo 01 (um) ao lado direito, 01 (um) ao lado esquerdo e 01 (um) nos fundos de sua residência. O mato está muito alto, havendo também a procriação de ratos e animais nocivos à saúde das pessoas. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone nº 9967-9298.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 236**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, no sentido de atender o pedido da senhora Inês Machado Veloso, residente à Rua Luiz Marchioro nº 28 - Vila Ricarda, que solicita a troca de várias lâmpadas queimadas em toda a extensão da rua em que reside. As lâmpadas estão queimadas e como o local fica às escuras à noite, vários problemas quanto a segurança da comunidade estão ocorrendo. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 752-3349.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 237**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Alice Ferreira, residente à Rua Francisca Úrsula Simião nº 170 - Vila Juliana, que solicita a limpeza de um terreno sito ao lado de sua residência. Trata-se de um terreno de esquina, que virou depósito de lixo. Inclusive de animais mortos. Além do cheiro insuportável, há a procriação de animais nocivos à saúde das pessoas. Afirma a senhora Maria Alice que seu marido já esteve por três vezes na Prefeitura fazendo tal pedido, porém sem sucesso. A situação é realmente muito crítica e necessita de providências urgentíssimas.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 238**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do senhor João Pedro da Silva, residente à Avenida Confúcio nº 465 - Jardim Campo Alto, que pede a limpeza no ponto final do ônibus da linha Vila Esperança, sito na Avenida Confúcio. Há muito mato no local, prejudicando os usuários. Toda a comunidade será beneficiada com o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 239**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à

Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido do senhor José Augusto da Silva, residente à Rua Corumbá nº 227 - Km 10 - bairro Dom Pedro II, que pede a troca das lâmpadas queimadas dos postes da Rua Vicente Nalepa - bairro Dom Pedro II. Pede também a limpeza do mato que tomou conta dos dois lados dessa rua. Trata-se de uma rua principal, que dá acesso ao bairro Dom Pedro e que está causando muitos transtornos para a comunidade devido aos problemas acima citados.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 240**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido do senhor José Olímpio de Oliveira, residente à Rua Manoel Alher nº 86 - loteamento Privé, que pede, em nome dos moradores, providências urgentes visando a solução para o problema de alagamento que ocorre no local. Pede também reparos nas ruas do loteamento e conseqüentemente a limpeza das valetas, que hoje ocasionam tal alagamento. A situação é crítica e necessita das providências o mais breve possível. Se necessário recomendamos contato com o requerente pelo telefone 869-9787.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 241**

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo em frente ao Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto - bairro Pilarzinho, no período noturno, principalmente no horário de saída dos alunos, tendo em vista que muitos marginais ficam ameaçando esses alunos. O ideal seria a permanência de uma viatura no local a fim de inibir a ação dos marginais e acabar com o perigo que existe. O pedido está sendo feito pelos pais de alunos que encontram-se muito apreensivos.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 243**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à secretária de Estado da Educação, Alcione Saliba, solicitando uma solução imediata em relação ao transporte escolar em Ponta Grossa e Região dos Campos Gerais.

A falta de recursos estaduais para o transporte escolar já existe há muito tempo, porém só com o aumento das

dificuldades financeiras os municípios passaram a cobrar a responsabilidade do governo estadual. A ameaça dos municípios de suspender o serviço do transporte de 5ª à 8ª série só não foi cumprida até agora em função de que a educação também representa uma prioridade.

Os municípios vêm custeando o transporte escolar embora a responsabilidade caiba ao governo do Estado. A reivindicação das Prefeituras para que o governo assuma a sua parte vem sendo feita desde maio de 1999. O governo do Estado prometeu uma coisa e agora não está cumprindo.

Recursos deveriam ter sido assegurados no Orçamento do Estado para este fim, mas a questão é que o valor não foi repassado como foi prometido pelo chefe da Casa Civil, Pretextato Taborda, em reunião na qual eu estava presente, como deputado representante dos municípios dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 244

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira e ao secretário de Estado de Obras Públicas, Augusto Canto Neto, solicitando agilização na reforma da Delegacia de Polícia Civil de Irati.

Danificada ainda em novembro de 1999, pelos próprios presos que fizeram motim e provocaram incêndio, a delegacia foi interditada pela juíza de Irati, pois não existe segurança e no local estão recolhidos entre assaltantes, arrombadores, traficantes e estrupadores, totalizando 11 presos.

De acordo com um levantamento feito pela polícia, haverá a necessidade de reformar as paredes, reboco, pintura, esquadrias de ventilação, instalações hidráulicas, elétricas e sanitárias, colocação de vidros, substituição das portas de madeira, alarme geral, piso do pátio, além de nova cobertura na ala do presídio.

A não agilização no processo de aprovação de projeto e licitação, poderá provocar outro motim dos detentos, piorando assim a situação de todos interessados pela reforma. Este prédio deverá ser adequado às necessidades funcionais e de segurança.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 251-A

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de pedido de informações, com base no artigo 55, Parágrafo Único da Constituição Estadual ao senhor Armando Martinho Bardou Raggio secretário de

Estado da Saúde, solicitando informações com respeito ao critério de atendimento a paciente no Hospital do Trabalhador em Curitiba.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

#### JUSTIFICATIVA:

Justifico tal requerimento com base em numerosas reclamações feitas em meu gabinete em relação a discriminação e desrespeito feitas a muitas pessoas que aquele hospital recorrem para atendimento de saúde que muitas das vezes são as primeiras a lá chegarem e são as últimas a serem atendidas, demonstrando assim que não existe critério algum para atendimento no referido hospital, com este gesto demonstrando o total desrespeito ao ser humano.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 063/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transportar via aérea, sempre em Regime de Urgência, órgãos retirados de pacientes para transplantes;

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Os transplantes de órgãos são, para muitos pacientes, a última esperança de sobrevivência. Inúmeras vítimas de graves enfermidades aguardam, em filas intermináveis, pela rara oportunidade da recepção de órgãos vitais em condições de aproveitamento.

A medicina inegavelmente tem experimentado uma extraordinária evolução, com avanços verdadeiramente revolucionários no que se refere às técnicas cirúrgicas. Procedimentos impensáveis em passado recente são hoje prática rotineira em nossos melhores hospitais. A moderna indústria farmacêutica já disponibiliza medicamentos fantásticos, que limitam em muito os índices de rejeição a órgãos transplantados.

Mesmo com todos esses avanços, entretanto, ainda se realizam poucos transplantes entre nós. Há falta de doadores, não obstante os esforços oficiais para incentivo da generosa e tão necessária doação de órgãos. O mais grave, porém, é que muitas vezes as oportunidades aparecem, mas há pouca agilidade no transporte dos órgãos doados até o centro médico que precisa operar o transplante. Assim, o que era um ato de amor ao próximo voltado para a salvação de vidas, acaba em mais uma triste frustração.

É dentro deste quadro que apresentamos o presente projeto de lei, que visa justamente assegurar o mais

urgente encaminhamento de órgãos doados para fins de transplante, de sorte que possam realmente ser aproveitados por quem deles necessita. Vale dizer que um Estado incapaz de aproveitar órgãos em tempo hábil é um Estado que desperdiça a vida de seus filhos. Algo inaceitável, quando nos pretendemos uma civilização. Contamos, pois, com o apoio dos senhores parlamentares, de modo que o Poder Executivo possa se equipar, respondendo com eficácia aos desafios que se apresentam.

**PROJETO DE LEI Nº 064/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Regimento Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado imóvel de propriedade do Estado do Paraná, denominado Fazenda Palmital, com área total de 1.268.685,50 m<sup>2</sup>, registrada sob o nº 00233, do Cartório de Registro de Imóveis Pinhais.

Parágrafo Único - O imóvel que se refere ao Art. 1º desta lei, será utilizado exclusivamente pelo Regimento da Cavalaria Coronel Dulcídio da Polícia Militar do Estado, para instalação de um Hospital Veterinário e da Invernada do Regimento de Polícia Montada, tendo esta cessão a duração a contar da lavratura do respectivo termo de cessão de uso, podendo ser utilizado para outras finalidades relativas ao regimento, não podendo ser transferidos a terceiros, sob pena de tornar-se, automaticamente, sem efeito, ficando, ainda aquele Regimento de Cavalaria, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 12.608, de 09 de julho de 1999 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente proposição no sentido de autorizar o poder Executivo a ceder ao Regimento de Cavalaria Coronel Dulcídio o imóvel denominado Fazenda Palmital, para que aquele regimento ali instale um Hospital Veterinário, Invernada da Polícia Montada e demais atividades pertinentes e necessárias ao próprio regimento.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto em tela.

**PROJETO DE LEI Nº 065/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica criado o “Pólo Cinematográfico do Paraná”, com sede no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar as atividades cinematográficas desta região e do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo adotará os mecanismos necessários à implantação do Pólo de que trata o artigo anterior, através do Programa de Governo em normas e regulamentos próprios e inclusões orçamentárias futuras.

Parágrafo Único - O orçamento do Estado poderá contemplar verbas para o Pólo Cinematográfico ou bem como para Fundações que tenham como objetivo em seu estatuto amparar atividades culturais.

Art. 3º - O poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

**JUSTIFICATIVA:**

Tendo em vista que o município de Cascavel há muito tempo desponta como um centro de execução de atividades cinematográficas, onde foram realizados vários filmes de curta e longa metragem, faz-se necessário a criação de um Pólo Cinematográfico com o objetivo de fomentar, profissionalizar, desenvolver e incentivar a indústria do cinema.

Um exemplo da dinâmica cinematográfica que Cascavel apresenta já está em exibição nos cinemas nacionais, chama-se “A Saga”, onde mais de 400 pessoas foram empregadas por um período de aproximadamente 6 meses. Este filme teve o apoio de toda a imprensa de Cascavel, mais especificamente da televisão Tarobá e do Jornal Gazeta do Paraná. Isto demonstra que o cinema é um grande gerador de empregos a um custo muito baixo para o governo.

Por esta razão o Pólo Cinematográfico terá importância fundamental no processo de ampliação da indústria do cinema no Estado do Paraná, organizando os programas de governo que tratam deste setor e direcionando os esforços num mesmo sentido.

Ante ao exposto, peço aos nobres Pares o voto favorável a este projeto de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 066/2000**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído nos exercícios 2000 a 2005, o Fundo de Apoio a Geração de Emprego e Renda,

no âmbito do Estado do Paraná, com o objetivo de viabilizar incremento na geração de emprego e renda.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo a que se refere o *caput* deste artigo serão aplicados em regiões onde, segundo dados do Sine/PR houver a maior concentração de pessoas desempregadas e o menor índice de oferta de emprego.

Art. 2º - Poderão habilitar-se aos incentivos do Fundo de Apoio a Geração de Empregos e Renda, às empresas instaladas ou interessadas em instalar-se nas respectivas regiões, desde que comprovem a geração de novos empregos e uso de mão de obra local.

Art. 3º - Constituem recursos do Fundo de Apoio a Geração de Emprego e Renda no Estado:

I - dotação orçamentária equivalente a 1% (hum por cento) da receita estadual;

II - outras subvenções, auxílios e contribuições oriundas de organismos públicos e privados;

III - doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais e internacionais;

IV - transferências decorrentes de convênios e acordos;

V - outras receitas definidas na regulamentação.

Art. 4º - As dotações orçamentárias previstas no artigo anterior serão incluídas na Lei Orçamentária para o pró exercício financeiro.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.03.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A proposta de lei que ora submetemos a esta augusta Casa Legislativa tem o propósito de oferecer alternativa à grave situação enfrentada por alguns municípios de nosso Estado em relação ao desemprego.

Ao instituímos o Fundo de Apoio a Geração de Emprego e Renda, pretendemos provocar ações públicas voltadas ao incentivo à ampliação de ofertas de trabalho.

Como contrapartida às empresas instaladas ou que pretendam instalar-se nas regiões carentes de oferta de trabalho e que provarem o aumento de oportunidades, utilizando mão de obra local, serão oferecidos incentivos através de financiamentos com carência e pagamento a longo prazo.

No que se refere ao parágrafo anterior, as regiões a serem beneficiadas pelo Fundo, deverão obedecer os índices de carência social e de desemprego conforme descrito no Parágrafo Único do Art. 1º do presente projeto de lei.

Para o funcionamento do Fundo é mister destinação de recursos provenientes de dotações orçamentárias, doações e outras transferências.

Não podemos, em sã consciência, nos furtar a contribuir para a busca de soluções à crise que aflige, de forma mais contundente, as classes menos favorecidas, hoje agrava com os elevados índices de desemprego em razão da recessão econômica.

Ao Poder Público cabe reverter esse quadro e oportunizar condições de oferecer emprego e renda ao povo paranaense, transformando o Paraná num Estado próspero, com qualidade de vida e bom de se viver.

Por todo exposto, pedimos o acolhimento deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor presidente, senhores deputados.

Estamos num período difícil, mas muito rico, no trabalho parlamentar, e antes de entrarmos num assunto mais delicado, sob o qual existem várias divergências na Casa, gostaria de falar de um outro assunto que acredito deverá ter a compreensão de todos os deputados desta Casa, particularmente no ano que se comemora o 5º centenário do descobrimento do nosso País. Achemos que nessa comemoração não basta a festa, os elogios ao povo brasileiro, a história comandada pelas elites. Mais que essa festa, é necessário uma reflexão crítica e profunda sobre a nossa história, porque só assim poderá nascer um caminho melhor para o futuro.

Nós, junto com outros deputados, particularmente o deputado Cezar Silvestri, fizemos um requerimento que cria uma comissão especial para tratar da questão indígena. Já apontávamos, quando discutíamos esse requerimento, que tínhamos um objetivo nesta Casa de criar o gabinete dos povos indígenas do Paraná.

Essa idéia tem extraordinária importância, se for concretizada. Importância cultural, simbólica, para todo o País e internacionalmente. A Assembleia do Paraná dará exemplo ao Brasil e ao mundo, exemplo sério da preocupação daqueles que foram praticamente dizimados. Sabemos que as análises mais sérias apontam que no descobrimento do Brasil tinha aqui 5 milhões de índios. Quinhentos anos depois existe no máximo 300 mil. No Paraná temos hoje nove mil índios em 17 reservas passando por enormes dificuldades. Tive oportunidade de conhecer uma aldeia no litoral paranaense próximo a Superagüi, que me chocou a miséria e o sofrimento dos povos indígenas que lá estão. Soube depois pelos jornais que há entre os tupis-guaranis a utopia de um lugar maravilhoso e esse lugar é justamente o litoral do Paraná. E há uma migração de povos tupis-guaranis para essa região. A destruição cultural do índio que vivia nessa

terra com sua cultura, terra que foi invadida, dizimada de todas as formas possíveis e imagináveis.

Em função desses fatos, nada mais justo, nada mais correto que criarmos nesta Casa um gabinete dos povos indígenas. Poderá ter uma estrutura simples. Talvez a metade de um gabinete parlamentar, não custa praticamente nada para a Assembléia. É uma gota d'água no orçamento da Assembléia, mas tem uma importância cultural e simbólica como eu disse extraordinária, apontando um caminho novo para o Brasil e para o mundo.

A idéia é criar um gabinete enxuto, os conselhos indígenas são dois no Paraná, os caciques das reservas é que vão escolher a assessoria que vai trabalhar aqui cotidianamente na Assembléia. Na nossa idéia 3/4 dessa assessoria, deste gabinete têm que ser de origem indígena. Eles poderão trazer para nós, deputados, para o Paraná, os seus problemas, a solução para os seus problemas.

Por isso tenho certeza que nada melhor nesses 500 anos, do que comemorar desta forma, uma reflexão crítica apontando um caminho novo para o futuro.

Conversava com o deputado Orlando Pessuti. Vai haver uma comemoração nesta Casa, agora em abril, e nada melhor do que neste dia apresentarmos e aprovarmos este projeto de resolução que não precisa de sanção do governo, porque é uma questão interna da Assembléia Legislativa.

Podemos apresentar o projeto com 54 assinaturas em ordem alfabética, ninguém tem o objetivo de ser pai deste projeto, o que interessa é ser aprovado por unanimidade, dando o exemplo para o Paraná e para o Brasil.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, o segundo assunto é mais polêmico. É um assunto que vem sendo debatido há muito tempo aqui nesta Casa, que diz respeito ao pedágio nas rodovias no Paraná. Quanto mais eu estudo a matéria, quanto mais nela me aprofundo, mais estarecido fico. Não é possível acreditar que o governador Jaime Lerner, sendo um arquiteto de renome internacional, uma carreira brilhante como prefeito de Curitiba, governador pela segunda vez, não saiba o que está acontecendo nas rodovias do Paraná. Não é possível! É inacreditável!

Depois de tudo que foi dito, eu mesmo, junto com outros deputados, já subi a esta tribuna dezenas de vezes, a nossa palavra consta nos Anais desta Casa, mostrando o superfaturamento absurdo da tarifa e das obras realizadas.

Demonstramos e contratamos uma equipe de técnicos da mais alta competência que coloca a sua carreira em jogo quando assina um laudo técnico. Está aqui conosco este estudo, que demonstra claramente, que só nos serviços iniciais o superfaturamento da proposta comercial da Rodonorte, que estudamos, L-5, é de 180%.

Um engenheiro diz o seguinte, do total de 74,7 milhões de reais que constitui o montante da proposta comercial relativa aos trabalhos iniciais, foi possível a comparação de 71% do total, descartada a comparação

dos demais por falta de termos em comparação com os elementos.

Pois bem, diz o relatório técnico: tivessem sido praticados os preços de referência consignados do TR, se tivesse proposta comercial da concessionária, o preço do TR já com uma bonificação de despesas indiretas de 40%, o valor seria de 19 milhões, 166 mil, portanto, muito inferior aos 53.7 milhões, que está escrito na proposta comercial.

Diz aqui, sobre o preço de 180% além da margem de lucro do TR.

Eu dizia incrédulo, porque só acreditei quando o técnico mostrou o documento oficial do governo, que a Rodonorte teve a desfaçatez de colocar na proposta comercial que uma praça de pedágio custa 4 milhões de reais. Como ela fez 7 praças, portanto, essas praças custam 28 milhões de reais.

Pasmem os senhores, eu estava errado. Me entregou um deputado da bancada governista um documento-resposta do governo do Estado, essa resposta é da Secretaria do Estado de Transportes. Não foi 4 milhões o custo de cada praça, estamos errados, foi mais; foi de 4 milhões e 800 mil reais. É isso que está escrito no documento que há 10 dias veio para esta Casa, da Secretaria dos Transportes. Está aqui: Lote 5. A Rodonorte gastou no Lote 5, para construir 7 praças, não mais 28 milhões, são 34 milhões e 400 mil reais. Em todos os lotes, os 6 lotes, as concessionárias gastaram só para construir as praças de pedágio, 61 milhões e 821 mil reais. Mais do que isso, senhor presidente, os investimentos aplicados, diz aqui que ela gastou 185 milhões, 672 mil reais. Fiz o cálculo, um cálculo simples com base nos números apontados pelos engenheiros, do relatório que temos, e que nos mostram que esses dados são muito menores.

Posto pelo engenheiro que assina o laudo, ao invés de gastar esses milhões, ela gastou muito menos. Com folha de pagamento - este número é muito importante - estamos pagando pessoas para cobrar pedágio. A única finalidade delas, a maioria, cobrar pedágio. As empresas gastaram até agora - em 98, 99, sem contar dois mil, 167 milhões, 502 mil reais. Um outro número nos estarece. Os investimentos que elas fizeram - prestem atenção, senhores deputados, é um número muito importante - a pergunta feita pelo deputado é a seguinte: qual o valor do investimento com construção de postos de atendimento, ambulância, guincho e veículos fiscalizadores? As concessionárias gastaram 82 milhões, 462 mil reais, quando não tem um helicóptero.

Se acontecer um acidente grave, elas não se dignaram a comprar um helicóptero para transportar a pessoa acidentada e têm a desfaçatez de querer nos enganar e o governo aceita esse número, dizendo que gastaram 82 milhões e 462 mil reais para comprar guincho, para comprar ambulância e para fazer posto de atendimento! Não é possível!

Fizemos um cálculo com base no laudo técnico, elas receberam - as empresas - de receita, 242 milhões e

400 mil. Em 98 e 99 e elas não gastaram isso, no máximo gastaram isso. Se não questionarmos a folha de pagamento - vamos que ela esteja certa - as empresas gastaram 167 milhões. Não vou questionar esses números. Se eu pegar os outros números e colocar a proporção do laudo técnico, elas vão ter gasto, no máximo, 285 milhões de reais e receber 242. Mas isto aceitando que de verdade elas gastaram 167 milhões só com pagamento de folha de pessoal.

Ora, não é possível! O que será que precisa mais para acabar com esta palhaçada, senhor presidente? Qualquer criança sabe que isto é um absurdo! Que isto é um crime contra o povo! Qualquer criança ao olhar uma praça de pedágio, sabe que ela não custa nem um milhão e meio, quanto mais 4 milhões e 800 mil reais! Qualquer engenheiro, qualquer técnico, qualquer pedreiro, sabe que um pórtico metálico simples posto lá na rodovia, sai 5 mil e 200 e não 27 mil e 100 reais, como eles colocam.

O mais grave de tudo, e aí “o rei está nu”, é que o governo usou esses números para dizer ao povo do Paraná e aceitar que as concessionárias tiveram prejuízo e grande prejuízo, porque aceita estes números como definidores do custo do pedágio. O quê fazer?

Um País e um Estado minimamente sério já teria anulado este contrato, já teria colocado uma tarifa básica justa e obrigado as empresas a fazer obras necessárias que elas não fizeram mais. Mas, infelizmente, entre a verdade e a sua concretização na vida real, prática, existem infinitas mediações. Tem a mediação da Assembléia, da mídia, dos jornais, da televisão e do rádio, que fazem a opinião pública, tem a mediação do Poder Judiciário, tem a mediação do Poder Executivo, que pressiona as pessoas a não assinarem uma CPI, que pressiona os jornais a publicarem pouco sobre o pedágio, então, o caminho de levar a verdade até que ela se concretize enquanto consciência do povo paranaense, é um caminho difícil.

E é por isso que defendemos, e o deputado Caíto Quintana virá aqui, no Grande Expediente, falar da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque a Comissão Parlamentar de Inquérito multiplica a verdade que já temos, já sabemos o que aconteceu no pedágio do Paraná. Sabemos tudo, a verdade está aqui, está clara, está limpa. Agora, a CPI nos dá força política para que a imprensa bata mais nessa tecla, leve mais a mensagem à opinião pública, se abram canais de comunicação para que o Poder Judiciário seja mais ágil e justo no julgamento desta matéria, que é uma matéria em favor do povo do Paraná.

É por isso que defendemos a CPI e rogamos para que consigamos. Quem sabe a CPI não saia; não saiu até agora.

Pois bem, senhor presidente. Hoje de manhã, estivemos reunidos com técnicos, com advogados de renome nacional e vamos tomar algumas ações imediatas. Primeira ação: na semana que vem, estaremos fazendo uma denúncia ao Ministério Público Federal.

Todo estudo que fizemos com os técnicos contratados, vamos aprofundar ainda mais.

Conversei com o Sindicato de Transportadoras, com a Ocepar, com a FAEP, vão nos ajudar no pagamento desses técnicos, fazer equação econômico-financeira e vamos entregar a denúncia ao promotor, rogando a ele que entre com uma ação civil pública. Esse é o primeiro caminho.

Segundo caminho: vamos entrar com uma ação na Justiça imediatamente, antes do dia 27 de março, 8 de abril, é uma data confusa - não se sabe qual dia é - vai aumentar o pedágio, se vigorar esse parecer atual na Justiça, vamos entrar com uma outra ação pedindo liminarmente que a Justiça impeça o aumento do pedágio, se se concretizar o dia 27 de março ou 8 abril.

Terceiro caminho - caminho estratégico - é o caminho da nulidade do contrato, esse é o mais correto, mas é por isso mesmo o caminho mais longo, caminho mais demorado porque é o caminho da prova, em que o juiz vai ter que analisar as provas que temos, irretocáveis, provas sérias, competentes, nossos engenheiros que demonstram o absurdo da proposta que faz parte de cláusula integrante do contrato do pedágio, que é superfaturado em quase 200%. Esse é o caminho que vai nos levar à anulação do contrato no Paraná, realizado pelo governo com as empreiteiras e vai criminalizar o governo por crime de responsabilidade, por ter assinado um contrato lesivo ao interesse do povo do Paraná. Esses são os caminhos e esperamos ainda que para facilitar nosso caminho, para facilitar que a verdade chegue ao conhecimento de toda a população do Paraná, os deputados desta Casa assinem junto conosco, a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Muito obrigado.

## O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

Os funcionários públicos do Paraná estão promovendo diversas mobilizações no Estado porque seus salários são baixos, cinco anos sem reposição das perdas, e além disso, aqueles funcionários públicos que já adquiriram plenamente o direito de aposentadoria estão querendo esta aposentadoria e o governo do Estado não está lhe concedendo. Vários professores do Paraná, cinco anos sem aumento, sem hora-atividade, sem terço de férias, têm outro problema: não está sendo reconhecido ou levado a efeito seu direito de progressão na carreira, progressão vertical e diagonal. Os professores têm esse direito líquido e certo.

Vão requerer e não está sendo concedido. A alegação do governo para que não conceda o aumento ou a progressão na carreira é de que está cumprindo a determinação legal da chamada Lei Camata. Essa alegação é política e também jurídica nas ações que a APP Sindicato e outros sindicatos representantes dos servidores públicos estaduais estão fazendo, vai no Judiciário o governo e alega que está cumprindo uma determinação da Lei

Camata. Está enxugando, está querendo gastar menos, está querendo ficar na meta da legislação, está segurando aposentadoria, está segurando aumento diagonal e vertical dos professores. Não aumenta salário de fome, dos servidores e zeladores de escola, aliás, fazendo um parêntese na minha fala, nós tanto devemos cobrar aumento, ou melhor, nem aumento, reposição, vamos colocar o termo acertado, reposição salarial, aos nossos funcionários públicos, aos nossos professores, como também aos nossos queridos funcionários da Assembléia Legislativa desde o serviço de segurança, taquigrafia, pessoal que trabalha em nossos gabinetes, que estão há tempos, querendo uma reposição salarial, a exemplo do que pedem os professores e funcionários públicos do Paraná, mas o governo alega que está querendo cumprir a Lei Camata, mas, pasmem senhores, ao mesmo tempo em que diz que não pode conceder progressão funcional na carreira, o governo Lerner nomeia vários e vários políticos para um cargo que desde o governo Richa não foi extinto formalmente, mas não se executa, que é o cargo de Inspetoria de Educação.

No Estado do Paraná, no diário Oficial nº 5471 foi publicada uma lista de vários e vários políticos, muitos deles que foram vice-prefeitos, deputados, colocados como inspetores educacionais. A função de Inspetoria Educacional foi assumida pelos núcleos. Os núcleos não foram desativados. Essas pessoas estão lotadas como inspetores mas não estão fazendo absolutamente nada.

Não têm a função, o exercício de inspetor. Não têm gabinete, nem sala, nem cadeira para sentar.

Portanto, eu, pelas informações que tenho, tenho a segurança em afirmar que a Secretaria de Educação nomeou fantasmas. Também o governo prostra em terra alegação de que está cumprindo a Lei Camata, porque está querendo disciplinar os gastos do Estado, mas através do Proen um projeto chamado Plano de Qualidade da Secretaria Estadual de Educação, que usa recursos do BID, BIRD e próprio Estado para contratar consultores.

Estas consultorias, até hoje não temos demonstração de que serviços prestaram à sociedade, se a qualidade de ensino está caindo. Mas, olha só os salários maravilhosos, e tem muita gente achando que deputado ganha 10, 15 mil reais quando todo mundo sabe que nosso salário bruto é de seis mil reais.

E, os salários da Secretaria de Educação, com dinheiro do PROEN, com o sagrado dinheiro da educação, são os seguintes: Luiz Kulcheski R\$13.825,00; Marcos Elias Traad R\$11.500,00; Nei Alberto Sales Filho R\$10.752,00; Moacir A. de Mattos Júnior R\$10.752,00; Hermínia B. Marinho R\$11.008,00; Geraldo Dias Pedroso R\$10.752,00.

Além disso, podem receber, além dos salários, pelo PROEN, pelo BID, pelos convênios que o Programa está fazendo por prestar serviços a outras instituições, gratificações, na forma da lei ou na forma do convênio.

É uma maravilha! É uma maravilha como se cumpre a Lei Camata neste Estado!

Uma zeladora de escola ganha em torno de R\$150,00. Uma zeladora de escola que troca lâmpada, levanta baldes de alimentação, varre, cuida de aluno, espanta ladrão, arruma goteira, como está acontecendo nas escolas de Ponta Grossa, Medianeira, Paranaguá e ganha R\$150,00.

E o governador diz que aqui no Paraná o salário mínimo de 100 dólares já faz tempo que está sendo cumprido. O governador tinha que olhar os contracheques dos nossos funcionários.

Então, o governo não pode alegar mais que está cumprindo a Lei Camata porque imediatamente tem que acabar com estas consultorias que não levam a nada e estes inspetores que não estão fazendo nada. São cargos fictícios, cargos fantasmas.

Pela moralização do Estado, pela lógica formal do discurso do governador, vamos acabar com isso.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

A CPI do Narcotráfico causou uma situação humilhante ao governo Jaime Lerner. Criou uma perplexidade terrível à população do Paraná. Nos quadrantes deste Estado, por onde quer que se ande, se constata a perplexidade do nosso povo que desacreditado assistiu a todos os fatos, parecendo que não vivia no Estado do Paraná. Parecia que os fatos ali relacionados estavam acontecendo no Estado de Alagoas, no Espírito Santo, no Acre, mas não aqui no nosso Paraná.

Senhor presidente, o governo Jaime Lerner, sem saber o que fazer, parecendo um cego num tiroteio, disse antes de viajar para os Estados Unidos, que iria fazer uma faxina na Polícia do Estado do Paraná. A faxina a que se referiu o governador deve ser o contrato com uma empresa de limpeza pública para limpar os prédios ocupados pela polícia e pela Secretaria de Segurança, mas nenhuma atitude do governo para moralizar a polícia e pela Secretaria de Segurança, mas nenhuma atitude do governo para moralizar a polícia do nosso Estado. Aliás, deputado Luiz Carlos Zuk, um amigo meu do Mato Grosso me telefonou e disse o seguinte: “O que está ocorrendo com o Paraná, deputado Nereu Moura? Se, me disse ele, até o ex-governador Haroldo Leon Peres que foi escoraçado do poder, vítima da denúncia, teria vergonha hoje do que ocorre no Paraná”. Até o ex-governador Haroldo Leon Peres, que saiu marcado na volta da paleta como um governador desonesto, teria vergonha do que está ocorrendo no Paraná, hoje. Tantos fatos que se repetem dando conta de que há desonestidade no governo Jaime Lerner. Disse que o governador Jaime Lerner está tão perdido que parece um cego em tiroteio. E numa

jogada de marketing, para tentar tirar a concentração da opinião pública, o que fez o governador ontem numa visita a Umuarama? Anunciou a constituição de uma comissão para apurar os fatos envolvendo o narcotráfico no Paraná.

Ora, senhores deputados, é medíocre beirando a irresponsabilidade, é apenas uma jogada de maracutaia do governador, uma comissão especial para apurar o envolvimento de policiais com o narcotráfico e com o crime organizado. E aí numa entrevista que deu à imprensa o governador disse: “Quero elogiar a atitude do secretário de Segurança Pública, que num gesto de grandeza resolveu ficar fora da Comissão Especial que vai apurar os crimes denunciados pelo narcotráfico”. Ora, como é que o principal suspeito vai fazer parte de uma comissão que irá investigar ele próprio? Seria a mesma coisa, deputado Edson Strapasson, que colocar uma raposa para cuidar do galinheiro, se o secretário de Segurança Pública estivesse na Comissão Especial que o governador Jaime Lerner designou para apurar os crimes amplamente, fartamente denunciados por policiais, por empresários, por marginais, por bandidos, na Comissão de Inquérito.

O governador comete dois tipos de erros. O primeiro, não pode ele se arvorar no direito de indicar um membro da Assembléia Legislativa para compor essa comissão, uma comissão “laranja”. A Assembléia Legislativa é um Poder, não um capacho do Poder Executivo, não pode o governador dizer que vai nomear alguém da Assembléia Legislativa para compor essa comissão, a Assembléia é um Poder e tem que ser respeitada como tal. O segundo ponto, uma comissão de assessores do governador, colegas do secretário, secretários com o secretário, não terá a isenção necessária para fazer a apuração dos fatos. Já sabemos o resultado, no que vai dar. Vai dar lá, na Comissão Especial que o governador está designando. Ninguém é culpado! O secretário é santo! É probo! Não cometeu crime nenhum! Este será o resultado que vai sair desta comissão que o governador designou! Como é que pode nomear uma comissão de assessores e secretários de estado, colegas que vão investigar o outro?

É evidente que não vai dar certo e já sabemos o resultado.

Por outro lado, senhor presidente, a Assembléia Legislativa não pode se omitir. Ou constituímos a Comissão Parlamentar, onde possuímos legitimidade constitucional ou então nos omitimos, como fez Pilatos, lavando as mãos diante da morte de Jesus Cristo, mas, jamais este Poder poderá fazer parte de uma comissão “laranja”, designada para colocar panos quentes nos fatos amplamente divulgados pela imprensa. Seria a desmoralização completa da Casa do povo do Paraná! Aliás, toda vez que o governador Jaime Lerner deseja “enrolar”, “empurrar com a barriga”, o que ele faz? Cria uma comissão, o assunto fica na base do dito pelo não dito. É assim que se governa o Paraná.

Na nossa opinião, o mínimo que o governador deveria fazer, seria afastar o secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira temporariamente, até que a CPI, constituída aqui por este Parlamento, pudesse levantar os fatos, pudesse fazer um relatório completo do que aconteceu. Aí sim, o secretário poderia voltar, se fosse considerado decente nas suas atitudes.

Esta seria a atitude que esperaríamos do governador Jaime Lerner. E não a jogada política, a jogada para agradar a opinião pública, para dizer “olha, o governador está preocupado, está montando uma comissão para averiguar, que vai trazer a limpo tudo o que ocorreu por baixo do tapete” desta situação nojenta que todos temos que assistir no nosso Estado.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

### **O Sr. Valdir Rossoni**

Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência está fazendo um pronunciamento, e entendo perfeitamente a sua posição como líder do Partido de Oposição, não poderia ser outro o pronunciamento.

Só acredito que Vossa Excelência, no seu pronunciamento, está colocando claramente, quando diz que o governador formulou uma comissão “laranja”, Vossa Excelência está fazendo um pré-julgamento do Ministério Público, que estará representado; da OAB que estará representada; a Assembléia Legislativa será representada por um deputado indicado por esta Casa.

Então, acredito que a sua conclusão neste momento é um pouco precipitada. Outra questão: se Vossa Excelência está tão preocupado em incriminar o secretário de segurança, quero pedir, como fiz ontem, que Vossa Excelência apresente provas. Se não quiser apresentar provas ao Líder do Governo, que levaria ao governador, poderá apresentar ao Ministério Público, porque o Ministério Público, neste momento, está sendo um braço da CPI que esteve aqui. Então, Vossa Excelência não acredita que o Ministério Público vai investigar esta questão a fundo?

Acredito! E acho que o Ministério Público vai investigar com profundidade e vai chegar aos verdadeiros culpados. Agora, não podemos esquecer, por exemplo, que anteontem foi solto um servidor público, policial, porque achavam que ele tinha outro nome.

Queremos atribuir aqui ao governador Jaime Lerner, ora deputado Nereu Moura, foram citados aqui ex-delegados da Polícia do Estado e da Polícia Geral, que faziam parte do seu governo, do governo Roberto Requião. Foi citado aqui o Faveti. Esse problema oriundo que aconteceu, estava e está acontecendo na Polícia Civil, é algo que vem ocorrendo há muitos anos. E para que não se tenha aqui a impressão de que as apurações têm objetivo político, acredito que é importante, e nada melhor do que o Ministério Público, porque o Ministério Público não tem partido político, não tem posição partidária. Tem credibilidade para fazer e aprofundar essas investigações.

Outra questão que quero dizer, quando Vossa Excelência fala em CPI, a CPI nacional do Congresso Nacional já está há meses na frente. O Ministério Público já está municiado de documentos, que não temos aqui conhecimento. E daí vamos formular uma CPI para chegarmos atrasados na conclusão, que certamente o Ministério Público vai chegar, para dizerem que a CPI terminou em “pizza”, como Vossa Excelência já está deduzindo.

Quero dizer a Vossa Excelência, que as investigações estão sendo feitas. O Ministério Público pediu ao governador um número de servidores públicos da Polícia Civil e da Polícia Militar, para ajudarem nas investigações. O governador colocou à disposição do Ministério Público, para a sua livre escolha, as pessoas de sua inteira confiança, para que não ficasse dúvida.

Gostaria que Vossa Excelência tivesse aqui o cuidado, para não agredirmos e não execrarmos pessoas que nada devem e nada têm com esta situação do narcotráfico no Estado.

#### O SR. NEREU MOURA

Está certo. Sou cuidadoso, Deputado Valdir Rossoni. Aliás, sou cauteloso demais, até. O fato é que não podemos mais tapar o sol com a peneira. A Assembléia Legislativa do Paraná ou cumpre o seu papel ou fica marcado definitivamente que estamos aqui para dizer amém e para ver o Paraná andar com suas próprias pernas, sem interferirmos na vida do nosso Estado. Ora, se temos as ferramentas para fazer a fiscalização, por que vamos nos omitir? Temos os instrumentos e a Assembléia Legislativa tem o papel judiciário para fazer a investigação mais completa que se pode fazer. Por que vamos abrir mão dessa função que o povo nos deu? A função legítima e sagrada que a população nos outorgou? É assim que a Assembléia tem se portado: omite-se em relação ao caso da Copel/Sercomtel; omite-se em relação ao pedágio; omite-se em relação ao fardamento da Polícia Militar, superfaturado; omite-se em relação ao IML, e não acredito que vá se omitir também em relação a esse caso escabroso, que está repugnando todo o povo do Paraná, que é o envolvimento da polícia e de setores do governo, na denúncia com o narcotráfico e com o crime organizado.

A sociedade exige uma resposta e a Assembléia Legislativa tem que dar esta resposta. Não podemos ficar dizendo: a responsabilidade é do governador, é do Ministério Público, é do Poder Judiciário. Ora, por quê fomos eleitos? Fomos eleitos para trabalhar, para defender os interesses do povo, não para brincar em serviço.

Senhor presidente, achamos que esta comissão é uma comissão “laranja”, para atender aos interesses do Palácio Iguaçu. A comissão séria tem que sair aqui desse poder, constituído por todos os segmentos, aqui, eleitos pelo povo, para fazermos uma devassa em tudo aquilo que foi denunciado pelas autoridades, policiais, empresários e bandidos também, que fazem parte do crime organizado no Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Este assunto, questão Segurança Pública, está sendo tratado, na medida que deve, aqui nesta Casa, com respeito, até por uma questão, acho que a Polícia Civil do Estado do Paraná não merece ser, na totalidade, questionada pelas ações mencionadas pela CPI. Acho que a forma mais correta de defender, creio que 95, 99% da Polícia Civil, que é boa, é exatamente punir os maus. E, para poder conhecer quem são os maus e punir os maus, nada melhor que uma CPI.

Quero registrar aqui, senhor presidente, senhores parlamentares, um fato, para ver o estágio em que estamos. Amanhã pretendo colocar com mais profundidade isso, deputado Valdir Rossoni, sei que não é de influência vossa, Vossa Excelência é apenas líder do Governo, mas são os encargos da Liderança do Governo. O juiz de Direito da Comarca de Capanema, deputado Pessuti, interditou, fechou a cadeia e a delegacia de polícia por uma única razão: achaque aos ônibus de turismo! Os ônibus vêm de Foz do Iguaçu, para o Rio Grande do Sul, ou para onde quer que vão e são atacados, na rodovia, por policiais civis que estão fora das suas responsabilidades. No relatório consta que inclusive com presos de confiança usando colete da Polícia Civil para acharar aqueles que fazem o turismo, no Paraná, que é, hoje, sem dúvida alguma, uma das grandes fontes de renda, em todo mundo. Enquanto alguns abrem suas portas para o turismo, espantamos o turista exatamente porque estamos com pessoas inconseqüentes, irresponsáveis, mal intencionadas e que precisa ser apurado, sim, para depurar do quadro desta Polícia Civil, que nos merece todo o respeito, aqueles que não têm a dignidade suficiente para o exercício de uma função pública!

Mas não é este o assunto que me traz aqui, senhor presidente, senhores parlamentares. Quero um enfoque diferenciado, um pouco, no dia de hoje, da questão pedágio, deputado Péricles, porque nós temos ouvido nas rádios, lido nos jornais, nas televisões, os comentários da população, até mesmo de algumas associações de caminhoneiros discutindo isso, falando sobre isso que o governo está contra o aumento do pedágio que o Judiciário está dando. Não, o Judiciário está querendo aumentar 116% e o governo está contra, o governo está brigando para que não aumente o preço do pedágio. Daqui a pouco nós poderemos estar aplaudindo a decisão do governo que é o companheiro dos caminhoneiros e das pessoas que utilizam as rodovias, porque ele está contra o aumento do pedágio!

Ora, senhores vamos avaliar, à luz da razão, isto aqui é um contrato, uma cópia do contrato do Lote 5 da rodovia Curitiba - Ponta Grossa, não é isso, Péricles? Isto é uma fotocópia do contrato que foi assinado na data

exata em que ele, abertas as licitações, entrou em vigor no Estado do Paraná, gerando obrigações entre as partes. Pois bem, aqui temos, inicialmente, as regras gerais do contrato, como é que a firma se habilita, que firma pode se habilitar, quem é que é concessionária, quem é o poder concedente, o que quer dizer tarifa e tal e tal, expôs todas as razões de um contrato perfeito.

Na sequência, senhores deputados, tem aqui uma tabela, e é para isso que quero chamar a atenção. “Tabela de tarifas - a correspondência dos valores de pedágio a ser cobrado nas praças de pedágio: Categoria 1 automóvel, caminhão, caminhonete e furgão, número de eixos, dois, multiplicado pela tarifa 1 significa que se cobrará por esse contrato, de um automóvel, dois reais. Um caminhão leve, um trator, um furgão número de eixos, dois, valor de multiplicação, dois. Portanto, o preço do pedágio é quatro”. E assim vai até chegar no que é mais discutido hoje. O item seis: “caminhão com reboque e caminhão trator com semi-reboque, que é o que mais transita nas estradas levando produtos. Número de eixos, cinco, valor multiplicação, 5, isso dá vinte e cinco reais”. Está escrito aqui no contrato. Esse é o preço que foi estabelecido para a cobrança de pedágio na época em que o contrato foi assinado entre o governo do Estado e as empresas que explorariam.

Portanto, agora não se pode querer dizer que o governo está brigando na Justiça para não estabelecer um aumento que a Justiça deu, porque a Justiça está fazendo o cumprimento do contrato que já está assinado.

Mas vai além. Na próxima página, no novo item do reajuste da tarifa básica, cláusula 19 desse mesmo contrato. “Os valores das tarifas básicas de cada praça de pedágio deverão ser reajustado, utilizando a fórmula explicitada a seguir”. O que significa isso, que nesse contrato está estabelecido o valor do reajuste que já deveria ter sido aplicado e que a Justiça nem aplicando está.

Na sequência, e vejam como a Justiça está agindo corretamente nessa questão e não há outro caminho para esse julgamento.

Da revisão da tarifa básica, o que diz a letra f desse contrato. “Sempre que houver alteração unilateral desse contrato que, comprovadamente altera os encargos da concessionária para mais ou para menos conforme o caso, isentará a concessionária de construção de obras”. O que o Judiciário fez em concordar com os 50% isentando de duplicações, de trevos, de melhorias no acostamento, de sinalização de tudo, está escrito no contrato. Não estão inventando nada.

Na sequência, deputado Luiz Carlos Zuk que fala sempre que estão cobrando para passar do lado da rodovia o gás canalizado, está escrito aqui no contrato.

“Constitui receitas alternativas complementares ou acessórias quaisquer receitas das concessionárias, não advindo do recebimento do pedágio ou aplicações financeiras, sejam elas diretas ou indiretas, provenientes de atividades vinculadas à exploração do lote das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e de lazer”.

Portanto, a empresa está cobrando o gás canalizado, está cobrando uma concessão que lhe deu o Governo do Estado quando assinou o contrato. Amanhã, talvez, o DER tenha que pagar para a concessionária para colocar placas de sinalização. Amanhã, quando tentarem utilizar as margens da rodovia para qualquer atividade necessária do cidadão, vai pagar para a concessionária, sim, porque está escrito aqui no contrato, como um direito da concessionária a exploração das suas faixas marginais.

Todas essas cláusulas de contrato estão aqui definidas, e são muitas. Quero mostrar aqui no final do contrato, para evitarmos qualquer tipo de discussão quanto à questão do contrato. Quem assinou essa folha aqui no final do contrato no dia 14 de novembro de 1997? Quem assinou esta folha, está aqui: o governador Jaime Lerner, o Maurício Borger, o Eliseu Padilha, Heinz Herwig, Paulinho Dalmar, Wilson Celli e os representantes das concessionárias, José Carlos de Queiroz, Marcos Rodrigues, e mais a divisão de concessão do DER e da Secretaria dos Transportes.

Está aqui assinado, portanto, o preço, as tarifas, os custos estão neste contrato assinado em 97, com a assinatura do governador.

E agora, o que aconteceu? O governador, na véspera da eleição, unilateralmente resolve baixar em 50% a tarifa, por efeitos eleitorais, sem conversar, sem a concordância da outra parte, e reduz em 50%.

O que que a outra parte fez? Entrou na Justiça. O que que o Judiciário fez? Senhores, eu tive o cuidado de pegar um livrinho fácil, dos mais simples, sobre Resumo de Obrigações Contratuais. O que que diz esse livro? Qual é o princípio geral de contrato? Para um contrato ter validade o que é que ele tem que ter? Acordo de vontades. Tem acordo de vontades? Têm, está aqui. As partes acordaram. Agente capaz. Quem é o agente capaz? Não posso assinar pelo Estado, mas o governador Jaime Lerner pode. Ele é um agente capaz, está revestido desta capacidade de assinar em nome do Estado, e as concessionárias também. Objeto lícito, determinado e possível na forma prescrita ou não proibida. O objetivo é lícito? É lícito.

Portanto, as condições de validade do contrato estão preenchidas.

Os princípios básicos do contrato, autonomia de vontade, supremacia da ordem pública e obrigatoriedade entre as partes.

Portanto, qualquer contrato gera obrigação entre as partes e isso está na doutrina, está na lei. Os efeitos do contrato.

O contrato válido estabelece um vínculo jurídico entre as partes, sendo em princípio irrevogável, inalterável, intangível e unilateralmente, vez que os pactos devem ser cumpridos pelas partes.

Isto está escrito na doutrina, no direito, isso gera obrigações.

Portanto, é evidente que toda vez que for julgado no Judiciário o governo vai perder esta questão. Já perdeu

a primeira, vai perder a última. E o meu medo, senhores, é que no instante que perder em última instância, que não caber mais recursos, o advogado das concessionárias imediatamente usará a própria sentença dos Tribunais Superiores para entrar na Justiça requerendo do Estado do Paraná, a parte que não recebeu durante todo o período em que o governo lhe pagou contrato pela metade.

Então, isso é de profunda responsabilidade de cada um de nós. Não adianta discutirmos aqui se isso está certo ou se isto está errado, se o preço é bom ou se o preço é ruim. O fato é que isso está assinado aqui neste documento e não há Tribunal que vá dar contrário a isso.

Tenho certeza absoluta que na hora do julgamento não há outro caminho, seja no Superior Tribunal, seja no Tribunal Federal de Recursos, seja aonde for, baseado nisso que aqui está escrito, evidentemente, o ganho de causa será da concessionária.

Portanto, estamos enganando a opinião pública nessa brincadeira de queremos dizer que não, que somos contra o aumento. O Judiciário não está dando aumento nenhum. O Judiciário está fazendo cumprir um contrato firmado em 1997, pelas partes, com todos os requisitos necessários, para validade de um contrato.

Concedo a palavra ao deputado Péricles Mello.

#### **O Sr. Péricles Mello**

É muito importante o seu pronunciamento, deputado Caíto Quintana, eu concordo com tudo que o senhor disse e tenho que insistido nessa tecla.

Agora, deputado Caíto Quintana, temos que fazer um pergunta inicial ao governo do Paraná e ao secretário dos Transportes, que eles não saberão responder, ou melhor, não lhes convém responder.

Senhor governador, senhor secretário, senhor Líder do Governo explique por favor. Como é que o Governo definiu a chamada TB - Tarifa Básica? Como é que o governo definiu essa tarifa? Só existe uma forma de definir uma tarifa, é uma equação matemática, se faz o cálculo das obras que vão ser feitas de um lado, a expectativa de fluxo de tráfego de outro e o X é o valor da tarifa. Só que isso não aparece em lugar nenhum, e sabe por quê, deputado Caíto? Porque quem definiu isso foi a concessionária, em conjunto com o governo, e por isso não pode aparecer. Vai aparecer depois na proposta comercial da concessionária.

Então, deputado Caíto, essa sua lógica é perfeita. Se a Justiça apenas julgar esta lógica, ela vai considerar o contrato como válido e vai dar sempre ganho de causa para as concessionárias. O que nós temos é que mostrar que este contrato tem que ser anulado e, mais que isso, que existem questões neste contrato, sob uma outra lógica, que a Justiça tem que entender o governo não é Deus. Não é pelo fato de ele ter assinado o contrato que o contrato é legítimo e justo. Este não é. É um contrato fraudulento que nasceu de um conluio, essa pela a palavra correta, de um conluio por debaixo do pano, na cal-

ada da noite, entre o governo do Paraná e os representantes das grandes empreiteiras, que depois pegaram uma concorrência fajuta para dominar o transporte e o pedágio no Paraná.

Obrigado pelo aparte.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Incorporo com satisfação o seu aparte e quero dizer mais. Outra coisa que ouço: o governo afirma, categoricamente - "Não, eu só concordo de aumentar o preço se as empresas cumprirem as obrigações de contrato".

Ora, meu Deus, as empresas nunca se negaram a cumprir e não vão se negar. elas querem aumentar o preço para fazer essas obras. Por que é que não estão fazendo?

Porque a Justiça disse, de acordo com aquele item 7 que eu citei: "quando unilateralmente uma das partes diminuir a receita, a outra se desobriga da construção. Portanto, não adianta bater nessa tecla!

Temos que achar uma saída para este imbróglio. E este imbróglio estão na mão do governador. Ele vai ter que dar a solução, porque o dia 27 está chegando. E no dia 27 os caminhoneiros do Paraná para este Estado, porque no dia 27 as praças de pedágio passam a aplicar o aumento da Justiça. Não! Não vamos ser injustos com a Justiça. Passam a aplicar o aumento do contrato assinado em 97 pelo governo e as concessionárias, e os caminhoneiros não conseguirão pagar e vão parar este Estado. E nós vamos ficar, aqui, nos acusando e não sei o quê, Bancada da Situação e Oposição, porque gera o caos no Estado do paraná. Vamos nos antecipar a este fato.

Aí me permito a um estudo feito pelo deputado Péricles, que é engenheiro e que pode ser usado e que pode ser admitido.

Tem dois caminhos para o governo, eu não enxergo outro. Ou rompe o contrato antes do julgamento, porque se deixar julgar na Justiça vai perder. Quero deixar registrada esta frase aqui, agora, para ficar nos Anais da Casa: Se deixar julgar em última instância vai perder!

Não tem como ganhar o contrato não deixa brecha para ganhar.

Está assinado. A não ser que o governo reduza a alíquota, mas reduza a obrigação, também, da concessionárias. Não há outro caminho.

Vai perder. Ou ele vai perder ou ele vai negociar. Por que é que ele pode negociar? Porque se ele estabeleceu um índice de comum acordo, no instante que estabelecer este índice as duas partes vão assinar de novo. E, portanto, o governo vai ficar sem o risco de que as concessionárias entrem contra o governo pedindo o retroativo, porque elas, no acordo, fizeram um novo contrato sobre este. Portanto, ficarão desobrigadas.

Agora, qual é o caminho? Companheiros da Bancada do Governo, se foram levantados tantos dados que mostram que este contrato tem defeitos de origem que pode ser anulado, eu me pergunto por que é que o

governador não se abraça exatamente nesses dados levantados que geram a nulidade do contrato e, não aproveita por esse ângulo e não anula o contrato?

Imaginem os senhores, qualquer um de nós que tenha comprado um imóvel financiado ou qualquer coisa e que, num determinado momento, possamos sentir que o negócio não prestou para nós, e possamos descobrir no corpo do contrato elementos que tornem o contrato nulo, quem de nós não aproveitaria esses indícios de nulidade para anular o contrato e desobrigar uma das partes? Pois o governo tem os elementos. Esse contrato pode ser declarado nulo e isso seria a vitória do governo, entendam isso, companheiros parlamentares da Bancada de sustentação do governo. Quem vai pagar o pato disso, a partir do dia 27, é o governador, a sua Bancada de apoio que terá que defendê-lo contra um aumento inconcebível nesse instante. Então, porque não aproveitar este momento? Quero sugerir que façamos uma CPI, uma Comissão Especial, façamos alguma coisa que possa colocar o dedo na ferida, mostrar que o contrato tem vício de origem. É nulo. Vamos declarar a nulidade desse contrato e restabelecer ou a cobrança pelo Estado ou anulação do pedágio ou um novo contrato, mas não podemos nos dar ao luxo de permitir ao Paraná, arriscar o julgamento final desse contrato, perder no julgamento final e ainda arcarmos pelo Tesouro do Estado, com a cobrança retroativa das concessionárias, durante um ano e meio que esse preço foi cobrado pela metade. Não há caixa, nem com antecipação de royalties, nem com a venda da Copel que vai conseguir equilíbrio financeiro ao Estado do Paraná, se tivermos que, além de tudo, pagar um ano e meio de diferença de 50% na cobrança do pedágio de todas as praças estabelecidas no Estado do Paraná.

Concedo a palavra ao deputado Strapasson.

#### **O Sr. Edson Strapasson**

Gostaria de cumprimentá-lo pela forma que traz a esta tribuna a abordagem dessa questão polêmica, que é a do pedágio e que no dia 27 teremos um grande movimento nesse Estado e que vai colocar em conflito os interesses do Estado e vai, principalmente, cobrar desta Casa, um posicionamento claro e definitivo nesta questão.

Estamos nesta semana, fazendo um questionamento e uma reunião na Comissão de Obras, com o objetivo claro de discutir valores, e acredito, pelos números que temos aí por diversas vezes explanado, não há como conceber um custeio de obra com valores superfaturados como já foi citado, porque tive a oportunidade, como prefeito e acredito que vários deputados já exerceram esse cargo, e nós, das estações do município, conseguimos reduzir em até 20% os custos tarifários estabelecidos pela tabela do DER e não podemos conceber, em hipótese alguma, que se cobre um pedágio com valores superfaturados em 50%, 60% ou até mais do que isso.

Acho que, independe da questão, da forma como foi concebida, que há vício de origem, claro, que temos

que voltar à discussão do contrato inicial e aí um parêntese, porque entendo que acima do interesse particular de qualquer empreiteiro está o interesse público, e aprendi na minha vida que o interesse público é soberano, é maior que qualquer interesse privado, e esse contrato pode e deve ser derrubado através de uma ação política definitiva que venha colocar a forma como foi concebida, permitindo que se cobrem valores absurdos, a muitas vezes três, a quatro vezes o valor real do custo da obra.

Então, deputado, acho que esta Casa deve esquecer a questão política de Oposição e Situação. Muitas vezes se joga que uns são da Oposição e outros da Situação. Acho que cada deputado deve esquecer o seu partido e ver no Paraná, o reflexo que esse aumento trará. Vejo de forma clara que a única alternativa que temos para interferir, para discutir esse contrato, é realmente uma investigação profunda e definitiva desta Casa para que possamos ajudar o governo a romper definitivamente esse contrato vergonhoso para o Paraná.

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA**

Agradeço, deputado Strapasson e quero seguir nesse mesmo diapasão que Vossa Excelência coloca.

Esse pronunciamento que faço da tribuna, não é acusatório ao governo. É uma constatação. Gostaria que o governo ou representantes seus, dissessem no mesmo tom, sem questão política de Situação ou Oposição, o seguinte: Este contrato tem valor? Esse contrato é válido? Ele gera obrigações jurídicas. Se gera, não tem que discutir, se gera, a Justiça vai dizer que gera, portanto, temos que nos antecipar do fato. Ai do Paraná se deixar julgar em última instância, deputado José Maria, julgado em última instância, se eu fosse advogado das concessionárias, pegava a sentença do julgamento final e usava como instrumento probatório para entrar com uma ação contra o Estado pedindo indenização pelo tempo que o Estado me fez receber só pela metade.

Portanto, isso é sério, isso é muito sério. Espero, deputado Nereu Moura e companheiro de Oposição que isso seja um registro, uma advertência das Oposições, para que amanhã a gente não ouça como ouve por aí muitas vezes companheiros, amigos nossos nos questionarem nas nossas andanças, o que vocês estão fazendo na Assembléia que deixam cobrar, aumentar o pedágio? Estamos fazendo a nossa parte!

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Deputado Caíto, entendo que Vossa Excelência está correto na forma de abordar esse assunto, e a pergunta realmente que tem que ser feita, e o Deputado Péricles tem batido nisso seguidamente é: como é que o governo do Estado chegou a este valor de tarifa básica? Porque aí é que está o x da questão, é aí que se estabeleceu a grande negociata na forma expressada pelo Deputado Péricles, no conluio que se fez entre o governo e as concessionárias. É nessa tarifa que está o grande problema, porque esta tarifa foi estabelecida pelas conces-

sionárias em cima de uma proposta comercial superfaturada, isso está mais do que provado por todos os estudos já apresentados aqui nesta Casa pelo deputado Péricles, por todos aqueles estudos e manifestações que já ocorreram no Seminário do PPB, que já ocorreu no Fórum de Usuários em Londrina, no Seminário do Ocepar, Faep e Fetranspar, todos eles admitiram e algumas vezes até os próprios concessionários, que algumas coisas estão com seus preços fora do valor normal. O deputado Waldyr Pugliesi mesmo trouxe a conhecimento nosso, num dos debates aqui no Plenarinho da Assembleia, sobre o valor pago por uma desapropriação de uma área, se não me falha a memória de pouco mais de um alqueire, onde se pagou mais de 500 mil reais, 524 mil, me diz aqui o deputado Waldyr Pugliesi.

Então, a questão é essa, o governo tinha que reconhecer no gesto de humildade, que cometeu um crime de lesa-pátria ao assinar evidentemente um contrato como esse que prejudica os interesses do Paraná e os interesses dos usuários, porque firma um contrato lesivo aos interesses do Estado.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Pois é, deputado Pessuti, aí fica só uma indagação.

Se todos concordamos com esta tese de que contrato gera obrigação entre as partes, todo contrato está revestido de valor legal, é importante essa colocação que Vossa Excelência fez de como chegou, como licitou, são as únicas formas que temos para mostrar que o contrato tem vício, e vício do leasing anula contratos. Então, quem tem que se abraçar nessa tese é o governo, porque podendo comprovar vício de origem ele tem os elementos suficientes para anular o contrato; outra saída não tem.

Então, para encerrar, deputado Nelson Justus, quero dizer uma coisa, ou o governo vai nos dizer que foi um equívoco e ele se vale dos argumentos que tem para anular o contrato, ou então tem “rabo preso”. Porque se ele souber que tem condição de anular o contrato e não o faz, pondo o Estado em risco de receber uma sentença que o obrigue a pagar inclusive o atrasado pelo tempo que não pagou, é porque tem “rabo preso” e não pode se utilizar desse recurso que seria o recurso jurídico de invocar a nulidade do contrato.

#### O Sr. Irineu Colombo

Deputado Caíto Quintana, muita coisa vou falar, é redundante, mas não poderia faltar num momento tão importante da Assembleia que é esse pronunciamento de Vossa Excelência. Por quê? O Paraná inteiro está esperando uma resposta desta Assembleia e sobretudo de nós, da Oposição. Temos nossos quatorze votos aqui, quatorze assinaturas apostadas, mas infelizmente não tem a repercussão que gostaríamos que tivesse, mas não podemos nos furtar de nossas responsabilidades.

As saídas encontradas pela Oposição são saídas para o governo do Estado é esta Oposição de quatorze vibrantes deputados que está apontando a saída para o

senhor governador. Vício de origem, superfaturamento, concorrência viciada: 6 lotes, 6 empresas ganhadoras. São fatos que antecedem o contrato, portanto o contrato não pode ser colocado como válido.

Agora, o governador assume o contrato como válido e passa a discutir ou fazer mímica da discussão, com as concessionárias, este mesmo contrato. Em cima da letra a interpretação é clara: Ganhou-se o que se assinou. Assinou e não questionou e está valendo.

Portanto a saída seria, além das apontadas por Vossa Excelência uma CPI com status da Assembleia Legislativa, poder maior constitucional de fiscalizador, declara nulo o contrato, interpõe ação judicial, anula o contrato, portanto o governo tem que repactuar com as empresas concessionárias porque os dois saem perdendo.

Na verdade o Estado do Paraná já perdeu com isso, já saímos perdendo e o importante é não perdermos mais, como Vossa Excelência está alertando.

Esta Oposição cumpriu com o dever cívico de, desde o início, denunciar, e agora estamos alertando para prejuízos maiores e apontando os caminhos de solução.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Gostaria apenas de deixar registrado uma coisa. Não sei se posso falar pela Oposição, mas vou falar em meu nome: Se o governador Jaime Lerner na defesa do interesse do Paraná, utilizar os recursos jurídicos que possui para declarar a nulidade deste contrato, anular estes contratos, conte com a Oposição, pode contar com a Oposição para defendê-lo na briga que venha a ter contra as concessionárias, porque acima de tudo nos interessa não ser a favor nem contra o governo, nos interessa ser a favor do povo do Paraná.

Muito obrigado!

#### O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem)

Gostaria de destacar, com muita satisfação a presença do empresário e político de Maringá, ex-vereador Carlos Alberto Borges, que foi o responsável pelo meu ingresso na política. Ele me transformou em cabo eleitoral, em 1962, na cidade de Maringá, quando a União Maringaense do Estudante Secundário o lançou vereador e daí deputado estadual quando concorria Túlio Vargas, Haroldo Leon Peres e outros.

É com satisfação que lembro aqui, com muita alegria, este mestre da política, Carlos Alberto Borges, grande líder estudantil daqueles tempos bravos das nossas caminhadas pelo Paraná.

Muito obrigado pela presença!

#### O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Também quero cumprimentar e anunciar a presença do Carlos Alberto Borges, com bem colocou nosso nobre colega, Geraldo Cartário, um professor na arte de fazer política, Carlos Alberto Borges, ex-presidente do PDS, hoje PPB. Quero parabenizá-lo pela sua presença que enriquece nosso ambiente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Seja bem-vindo, senhor Carlos Alberto Borges.

Passa-se ao Horário das Lideranças. Com a palavra o PSB, PST.

(**Declinam**)

Pelo PTB, com a palavra, o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, o assunto que trago nesta tarde já é por demais conhecido de todos os paranaenses, levantado ainda em meados do mês de outubro ou novembro do ano passado, e que não nos restou tempo hábil para votarmos, até o início do recesso, para tratarmos da questão que trago nesta tarde, nesta Casa e para os paranaenses.

É de conhecimento desta Casa de que a Mesa, através de resolução, criou a Comissão de Defesa do Consumidor Paranaense, à qual tive a felicidade de ser escolhido o presidente. Tão logo criada esta comissão, tomamos a liberdade de comermos alguns contatos, trabalharmos no sentido de implementarmos ações que pudessem, na verdade, fazer com que esta comissão pudesse existir e pudesse, acima de tudo, passar a exercer um papel fundamental no contexto da economia do Paraná, que é defender os interesses do consumidor paranaense.

Já na oportunidade, um assunto dos mais relevantes vai para esta comissão. Trata-se da questão “telefonia celular e telefonia fixa do Paraná”. Diversas reclamações permeavam, já na oportunidade, em todo o Estado do Paraná e vinham para o conhecimento dos senhores parlamentares, assunto este levantado aqui pelo Deputado Vanhoni e fruto daquele discurso, acabou acontecendo a formação desta comissão.

Reunimos a comissão em meados do mês de novembro, início de dezembro. Tomamos algumas medidas, até em função do tempo, que na oportunidade era exíguo e não conseguimos avançar, dar continuidade ao nosso trabalho, em função do recesso parlamentar. Mas, mesmo assim, a comissão reunida, avaliando algumas denúncias já formuladas, houve por bem no período do recesso parlamentar, encaminhar à Anatel, órgão que fiscaliza a telefonia fixa e móvel no Estado do Paraná, para que ela se pronunciasse sobre a questão em pauta e sobre este problema, que realmente é um sério problema que aflige a sociedade paranaense e os usuários do Paraná.

Encaminhamos, então, expediente à Anatel, levantando os problemas até então detectados por esta comissão, algumas provas documentais que tínhamos em mãos e em resposta ao nosso ofício, recebemos outro, datado de 16 de dezembro, com o seguinte teor:

(**Lê**):

“OFÍCIO Nº 071/99 - GERE/ER-3

Curitiba, em 16.12.99.

Excelentíssimo Senhor Deputado.

Reporto-me ao Ofício nº 01/99, dessa Comissão de Defesa Consumidor, para esclarecer que as informações solicitadas, sobre lançamentos indevidos de despesas telefônicas, serão prestadas a Vossa Excelência através das Superintendência de Serviços Públicos e Superintendência de Serviços Privados desta agência, responsáveis, respectivamente, pelos Serviços de Telefonia Fixa Comutada e Serviços de Telefonia Móvel Celular, para as quais, nesta Data, encaminhei o expediente dessa Comissão.

Respeitosamente,

TEREZA FIALKOSKI DEQUECHE

Gerente”

Pois bem, senhor presidente e senhores deputados, já passou-se aproximadamente noventa dias, até o presente momento ninguém da Anatel, responsável por este assunto, procurou essa presidência, ou qualquer que seja dos membros da Comissão de Defesa do Consumidor, para trazer explicações aos fatos relatados e apresentados à Anatel com relação ao problema de telefonia celular e telefonia fixa no Estado do Paraná.

Aproveitamos ainda esse período do recesso. Senhor presidente e senhores deputados, para fazermos alguns contatos com lideranças políticas do interior, com entidades representativas que defendem o consumidor do Estado do Paraná, com Câmaras de Vereadores, e algumas delas nos encaminharam expedientes e nos alimentaram de farto material no sentido de que pudéssemos dar prosseguimento a esse trabalho de defesa do consumidor paranaense.

Pois bem, passo então, senhor presidente, a apresentar aqui algumas das irregularidades documentadas, assinadas por usuários paranaenses que a mim chegaram, e que com certeza até o presente momento essas reclamações também foram encaminhadas à Telepar, à Telefonia Fixa e a TIM, e até esse presente momento não encontraram respostas. Cito aqui quatorze irregularidades, ou possíveis irregularidades que usuários detectaram e apresentaram para esta comissão, trazem para esta comissão, como já encaminharam à própria TIM Telepar e à Telepar Fixa, e até o presente momento não encontram guarida aos seus pleitos.

Cito como um dos agravantes.

(**Lê**)

“1 - cobrança exagerada (excesso) de pulsos. Ex.: aparelho usado somente para receber ligações - não efetuadas a localidades desconhecidas do proprietário da linha - casal único usuário do telefone alega levanta o aparelho e ouve conversação de outras pessoas. Entre outras alegações - média de 50 pulsos passou para 157 acima da franquia de 90.

2 - cobrança de serviços eventuais - Ex.: serviços tais como os prestados pelo 102 - 104 - despertador - informações sobre encargos, atrasos, parcelamentos, juros etc.

3 - ligações internacionais e para celulares não realizadas - Ex.: casal único usuário, mantém o aparelho chaveado recebeu conta de ligações internacionais para Guam, Guiné-Bissau, Moldova, São Tomé e Príncipe.

4 - cobrança de taxas comerciais para terminais residenciais.

5 - cobrança de taxas no item serviços permanentes. Ex.: transferência de chamadas, siga-me, bina e outros.

6 - cobrança de serviços do disque paquera - Ligações não efetuadas.

7 - ligações com tempo de duração exagerada - Ex.: ligação com total de 557,30 minutos ou seja 09,28 horas. Ligação para celular com duração de 81, 24 minutos equivalentes a 1,35 hora de conversação.

8 - ligações não contempladas mas cobradas na fatura.

9 - registro de cobrança em duplicidade. Ex.: ligação de quase 7 minutos para o mesmo telefone (celular) no mesmo horário.

10 - ligações a cobrar não realizadas e não recebidas.

11 - emissão de faturas em prazo inferior a 30 dias.

12 - emissão de fatura após solicitação de cancelamento.

13 - ligações para telefones fixos não realizadas.

14 - pagamento do total da fatura para posterior ressarcimento e eventuais erros da companhia."

Portanto, senhores parlamentares, trago a esse plenário, para o conhecimento dessa Casa, de todos os paranaenses e da imprensa que aqui está, de que aquilo que levantamos e trouxemos à tona, nesta tarde, é porque estamos fartos de documentos comprovadamente assinados por usuários do Paraná, trago mais de cem contas telefônicas da minha região, o sudoeste do Paraná.

Sei que o deputado Plauto já tem da sua região, Ponta Grossa. Sei que o deputado Pessuti, tem diversas reclamações já documentadas. E abro, aqui, nesta tarde, e peço também através de requerimento verbal e vou encaminhar por escrito à presidência desta Casa, que me dêem duas linhas telefônicas, para que a Comissão de Defesa do Consumidor possa colocar o número à disposição do usuário paranaense, para que possamos receber...

#### **O Sr. Caíto Quintana**

Permite-me um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Traiano, quero dizer a Vossa Excelência duas coisas: ao invés de exclusivamente linha telefônica, colocar uma linha de fax, para que as pessoas possam passar fax das contas, que eventualmente tenham, porque já servem de documento da Companhia. Segundo: toda pessoa que compra um telefone, a Companhia lhe coloca uma caixa-postal, não solicitada pela pessoa. Toda vez

que alguém liga e cai na caixa postal, só para pedir para deixar o recado, completa a ligação e acaba cobrando do cidadão. É uma forma de uma auto-arrecadação e de uma auto-despesa do consumidor, sem que ele tenha pedido para acontecer.

Acho que Vossa Excelência levanta um problema de suma importância no dia de hoje, porque não é possível que a privatização se preste a esse tipo de trabalho, que é explorar a boa-fé do usuário do serviço telefônico do Paraná e do Brasil.

#### **O SR. ADEMAR TRAIANO**

Fico agradecido pelo seu aparte, deputado Caíto Quintana, e são realmente valiosas as colocações que Vossa Excelência faz, principalmente com relação a este assunto nesta tarde, com certeza serão observadas por essa comissão. Acho que é de extrema valia, não apenas a linha telefônica, mas o fax para que o consumidor possa apresentar já como prova documental o encaminhamento da sua denúncia.

Portanto, senhor presidente, poderíamos nos estender em muito nesse assunto, porque ele é farto, mas me limito apenas a isso nesta tarde. Gostaria que esta Casa e a Mesa deferissem de imediato as linhas telefônicas, para reiniciarmos os nossos trabalhos e acharmos a forma de continuarmos as ações, para procedermos com certeza, a defesa incessante do consumidor paranaense.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PDT, PFL, PSD. Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

#### **O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, senhora deputada, senhores deputados, hoje esta Casa teve alguns pronunciamentos de extrema importância e de profundidade de um deles gostaria de me reportar, é o do deputado Caíto Quintana a quem pedi um aparte, mas em função do tempo e do seu respeito com a presidência, ele me deu o aparte com toda a justiça, porém, na exposição que o deputado Caíto fez desta tribuna, percebe-se com clareza, senhor presidente, que só a CPI do pedágio pode fazer aquilo que o deputado Caíto propôs. Todos somos cientes e conscientes de que se o governo continuar com essa postura, gerará um passivo contratual para os futuros governos, extremamente complicador para as finanças do estado do Paraná, porque já há quase um ano, que o valor reduzido do pedágio foi no mês de julho, do ano de 98, há quase um ano e meio e agora fará 2 anos, em julho próximo, vai gerar todo esse passivo, porque a partir do momento em que a Justiça, efetivamente, estabelecer o índice de 116% como valor a ser corrigido das tarifas dos preços cobrados nas praças de pedágio, o processo seguinte será cobrar do erário público do Paraná a diferença até então não arrecadada pelas concessionárias.

Isto dará praticamente, 2 anos, deputado Caíto, de arrecadação, do que elas arrecadam hoje, sairá do lombo do contribuinte, do povo paranaense. Então esta é a importância do pronunciamento. é um comparativo que o governo não tem, ele, de per si, moral para questionar a ilegalidade ou o vício de origem do contrato que ele mesmo elaborou, espero que tenha sido e assinou; a CPI, e esta Casa tem a responsabilidade de fazer este papel. Por isso volto mais uma vez a defender a CPI do pedágio.

Mas não uso a tribuna para tocar nesse assunto. Quero fazer uma análise e trazer como contribuição a esta Casa. No último dezembro esta Casa, como todos os anos faz, votou a Lei nº 12.815/99, que é a lei do IPVA. Uma lei que trouxe desgastes a esta Casa porque reduziu o prazo que era cobrado, em até 10 meses e reduziu para 4 meses. Inicialmente, quero rememorar, veio o projeto de origem do Executivo, estabelecendo 3 meses para o parcelamento. Com o trabalho e com o empenho desta Casa, ele transformou em 4 meses. E mesmo sendo clara a Lei nº 12.815, que estabelece em 4 parcelas o pagamento do IPVA, a Secretaria da Fazenda, através de instrução, SEFA 10/99 IPVA, no seu item 1126, estabelece ou impõe ao contribuinte paranaense, que se o cidadão atrasou uma parcela, vence todas as outras e ele perde o direito ao parcelamento.

Ora, senhor presidente, senhora e senhores deputados, isso é um acinte a esta Casa quando ela estabelece através de um diploma legal, a lei, na regulamentação, o secretário extrapola o que seria uma regulamentação e passa ele, através da Secretaria da Fazenda, a também legislar, impondo ao contribuinte esta redução do prazo de pagamento. Se já não ficou ele, o secretário, satisfeito com a redução, satisfeito com a redução de 10 parcelas para 4, agora ainda vem ele reduzir através de uma instrução, desrespeitando esta Casa, vilipendiando aqui o diploma legal que é a lei nº 12.815.

Por isso senhor presidente, senhores deputados, solicito a esta Casa, através da presidência, que oficialize ao secretário para que faça correção deste impropério que está fazendo, em relação ao contribuinte do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Horário do PT concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

A comissão fez uma reunião hoje com a presença de todos os deputados da Comissão Especial, fez um balanço dos trabalhos até agora feitos. Irá apresentar um relatório das viagens, dos depoimentos, da documentação recebida, das visitas, dos ofícios, das idéias que a comissão tem a respeito do crime organizado, na terça-feira. E também, por unanimidade, foi discutido e decidido que a CEI vai recomendar à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para que crie uma Comissão Parlamentar de

Inquérito. Essa posição é dos deputados: Caíto Quintana, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Tulio, Tiago Amorim, Ângelo Vanhoni, Fernando Ribas Carli e José Maria Ferreira.

O que me traz à tribuna é outro assunto, mas antes quero fazer uma pergunta ao presidente Nelson Justus. Desculpe a impertinência. Sou membro da Mesa Executiva desta Casa, ou 4º secretário, quais as atribuições que tenho, enquanto 4º secretário?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A função do 4º secretário é substituir o 3º, na sua ausência.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado, senhor presidente.

É exatamente isso que penso a respeito da 4ª Secretaria. O que quero dizer com isso é que não tenho nenhuma atribuição regimental, do ponto de vista da administração desta Casa. Todos sabemos que quem administra esta Casa é o presidente Nelson Justus, o 1º secretário, Hermas Brandão e o 2º secretário, Augustinho Zucchi. Os demais membros da Comissão Executiva só assumem qualquer atribuição na vacância dos membros titulares.

Acontece o seguinte, senhor presidente, fui comunicado agora à tarde por um policial militar, do departamento de trânsito da Capital do Estado do Paraná trazendo uma notificação. Esta notificação diz o seguinte:

(Lê):

“Curitiba, em 08.02.2000.

Ao Senhor

Ildemar Margraff

Companhia do Batalhão de Trânsito

M.D. Comandante

Nesta

Senhor Comandante.

Houve uma colisão entre um carro desta Casa de Leis com um outro, estamos fazendo o Boletim de Ocorrência, por se tratar de um veículo oficial, pedimos que isente a taxa de Guia de Recolhimento de Trânsito.

Necessitamos deste B.O. para comunicarmos nossa seguradora e realizar o sinistro e todo o processo necessário para este caso.

Sendo o que tinha para o momento, agradeço e renovo meus protestos de estima e consideração.

(a) ÂNGELO VANHONI

Deputado Estadual

4º Secretário da ALEP”

Essa assinatura não é minha, é falsa. Nunca assinei nenhum documento como 4º secretário nesta Casa até hoje. Além disso dia 8 de fevereiro estava em Paranaguá e a Assembléia Legislativa estava em recesso. E mais o que é de se estranhar desse documento, o veículo é um voyage e na guia de trânsito aqui diz que colidiu com um

ônibus da Viação Carmo. Não tenho carga no meu gabinete de nenhum voyage. Tenho uma kombi, um monza 93, que foi batido, foi recondicionado, foi emprestado no final do ano. A kombi está na oficina e não saiu de lá porque não tenho dinheiro para pagar. Está já há uns 15 ou 20 dias na oficina e tenho o carro de uso pessoal, que é um carro hidramático, que o senhor bem sabe que é um ômega automático para que eu possa dirigir.

Pois bem, pessoalmente não tenho carro. Eu, Ângelo Vanhoni não tenho carro pessoal, só tenho este carro da Assembléia e os veículos de apoio ao meu gabinete.

Este voyage bateu no ônibus, nem sei o que aconteceu. Estou tomando conhecimento disso agora. Além disso, tem uma outra coisa estranha aqui, quem fez a declaração da condução do veículo é a mesma letra dos dois veículos, um tal de Nelson Correia de Lima que cita a placa de um carro no boletim mas no processo tem outra placa e, deveria citar a placa do ônibus, mas tem uma outra placa que ele cita. Tem a mesma letra nos dois, quer dizer a mesma pessoa fez os dois boletins de ocorrência.

Então, senhor presidente, a minha assinatura foi falsificada e, eu como 4º secretário do meu testemunho e espero, que o senhor e o deputado Zucchi que é o 2º secretário e o deputado Hermas Brandão que é o 1º secretário notifiquem a Casa se em alguma vez fiz algum pedido do ponto de vista de providência administrativa enquanto 4º secretário. Porque se eu o fiz, fiz de uma maneira ilegal porque não me compete. Como Vossa Excelência disse. Não assinei nada, enquanto 4º secretário até hoje, nem liberação de xerox, quanto mais pedir a guia de isenção para dar baixa em seguros, em acidentes de sinistro de carros da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Nem sei se esse carro está na cota da Assembléia.

Vejo com isso, pela armação da documentação e pela falsificação da minha assinatura, que pode estar aí uma nítida manobra, não sei de quem e nem por parte de quem, de tentar talvez incultar qualquer tipo de constrangimento, de procedimento ilegal ao meu mandato e a minha pessoa.

Requisito, então verbalmente, farei isso oficialmente amanhã, a Vossa Excelência. Vou lhe dar cópia, de que abra uma Comissão e Sindicância na Assembléia Legislativa para apurar as responsabilidades a respeito deste fato. E que os responsáveis pela falsificação da assinatura convoque o departamento de trânsito, o soldado que veio aqui, tem jornalistas que viram, conversaram com o soldado. O rapaz da Rede Globo viu quando eu estava recebendo a notificação. O segurança da Assembléia que levou o policial militar até lá, para me entregar este documento. Solicite ao batalhão que mande esse soldado. Vamos trazer isso aqui a limpo. Convoquem essas pessoas. Quem é esse tal de Nelson Correia de Lima, motorista da Viação Carmo? Quem é esse Altair Batista dos Santos que dirige este voyage? Leve isto a

fundo, porque aí pode estar o início de uma manobra para que de alguma forma atingir este deputado. Se trata da falsificação da minha assinatura.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa recebe, sem dúvida nenhuma é uma situação bastante grave, inédita para o meu gosto, durante a minha gestão pelo menos. Tomará, - sem dúvida nenhuma a Mesa que tem se reunido constantemente, - providências para apurar que Vossa Excelência não seja prejudicado e muito menos esta Casa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O senhor como presidente alguma vez solicitou que eu assinasse algum documento?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não em absoluto.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Augustinho Zucchi?

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não em absoluto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há necessidade de colhermos 18 ou mais assinaturas para apurarmos este fato.

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor presidente, senhores deputados, depois de ouvir o relato e esta denúncia do deputado Ângelo Vanhoni, quero declarar aqui que me sinto também, fragilizado, fragilizado muitas vezes pela omissão, quando o deputado tem que mostrar que realmente é uma autoridade, foi eleito e está nesta Casa para defender os interesses do povo e ser respeitado, muitas vezes essa comissão acaba fragilizando particularmente cada um de nossos deputados.

Esse é um recado que lhe mandaram, graças à sua atuação determinante na Comissão de Investigação, mas eu também já recebi recados. Membro da minha família na semana passada, teve um carro com retrovisor quebrado, a lateral do vidro e a frente do vidro, trincado e nada roubado. Foi apenas um recado e quando falo desses recados que vêm direta ou indiretamente a todos nós, convoco os senhores deputados que não aceitem esse tipo de ameaça, que não se amedrontem daquilo que hoje é a imagem do Paraná, o banditismo campeia solto e ninguém toma providência. Alguns querem tomar, quem sabe, meia dúzia, mas outros que desejam, muitas vezes por lealdade, muitas vezes por aceitar a orientação de um governo que hoje peca pela omissão, não toma as providências que têm que ser tomadas.

Quero registrar aqui e cumprimentar o governador do Rio Grande do Sul que amanhã estará na solenidade

de instalação da CPI do Narcotráfico na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Esse governador não vai se omitir. Foi aprovado rapidamente e o governador estará na Assembleia Legislativa, prestigiando este evento.

Quero, antes de entrar nessa questão da CPI, divulgar um requerimento de convocação da CPI do Narcotráfico da Câmara Federal, que foi protocolado hoje, dia 14, às 13h45. É a convocação do secretário do Estado do Paraná, para depor na CPI do Congresso Nacional.

O requerimento diz o seguinte:

(Lê):

“CPI do Narcotráfico

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº ... DE...

Solicita a convocação do senhor Cândido Martins de Oliveira, secretário de Segurança Pública do Paraná, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos envolvendo policiais do Estado do Paraná com o narcotráfico.

Senhor Presidente.

Requeiro a Vossa Excelência, que, ouvida a comissão, proceda a convocação do senhor Cândido Martins de Oliveira, secretário de Segurança Pública do Paraná, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos envolvendo policiais do Estado do Paraná com o narcotráfico.

#### **Justificação**

Durante a tomada de depoimentos em Curitiba-PR ficaram no ar muitas dúvidas. Talvez as maiores localizaram-se no depoimento do secretário de Segurança senhor Cândido Martins de Oliveira. O adiamento proposital no horário do depoimento, provocado pelo próprio secretário, prejudicou a inquirição. Ocorreu em hora tardia, com os parlamentares já cansados e em número reduzido.

Pairam suspeitas sobre o conhecimento do secretário das atividades suspeitas do chefe de polícia, João Ricardo Képes Noronha, levando-se em conta o fato de ambos serem amigos.

É necessário apurar possíveis omissões e acobertamentos de fatos ilícitos. Nesse contexto, creio que o depoimento do secretário deixou a desejar.

Por outro lado cabe lembrar que a tomada do depoimento dentro das circunstâncias desfavoráveis, como o horário e o cansaço, provocaram críticas, em função das diversas questões que ficaram em aberto.

Nada mais prudente, portanto, procedermos a reconvocação do secretário de Segurança do Paraná, senhor Cândido Martins de Oliveira.

Sala das Comissões, em 14.03.2000.

(a) POMPEO DE MATTOS

Deputado Federal

vice-líder da Bancada PDT”

Recebi um fax, este protocolo aconteceu às 13h45min de hoje, e quero deixar também registrado nos Anais desta Casa, esta convocação.

Senhores deputados, há uma preocupação muito grande por parte do governo e não sei porque, em abortar o desejo de uma grande parcela de deputados desta Casa, com referência à criação da CPI. Pergunto, mais uma vez: Qual é o medo do governo? O que preocupa o governo? Se o governo tem, de 7 membros, 4, e a Oposição apenas 3. O governo vai dominar esta CPI. Por que este medo? Será que esse medo de aprovar uma comissão é porque tem um envolvimento mais sério deste governo com referência à Segurança Pública no Estado do Paraná.

Se é verdade que alguns deputados que já declararam aqui, que vão assinar e que querem assinar a CPI, mas que estão colocando qualquer empecilho porque partiu esta atitude de deputados da Oposição? Quero aqui recuar, quero aqui colocar na mão das lideranças partidárias para que assumam. Está aqui ó, em branco. Se é verdade isso, se isso é sincero ou se isso é apenas uma artimanha para que a bandidagem do Paraná desapareça com as suas provas. Se é isso, vamos esperar mais uma semana, mais dez dias. Pois faz 15 dias que o Congresso Nacional já esteve nesta Casa, apurou sérias denúncias e que até agora nenhuma providência foi tomada. Se isso é verdade, se isso é sincero, se não há uma maneira de segurar isso e mais uma vez enganar a população. Está aqui, senhores deputados, assumam a criação desta CPI. Abrimos mão, retiramos estas assinaturas que estão aqui. Se é esse o empecilho nós vamos fazê-lo. Mas se não é esse, se é a Comissão Especial que tem que apresentar, pois bem, nós recuamos, também. Está aqui, senhores deputados da comissão, comecem a apanhar as assinaturas e vamos aprovar esta CPI até amanhã.

Agora, o governo do Estado do Paraná aprovou uma comissão indicada por membros que participam do governo. E olhem, com certeza, absoluta, quero dizer que essa comissão é para dar respaldo, é para inocentar aqueles que participam do crime organizado. Essa comissão - como já disseram aqui, é uma comissão laranja. É uma comissão que vem para respaldar e dar uma resposta à sociedade.

Então, senhores deputados, peço aqui a todos aqueles que já se comprometeram publicamente. Que façam com que as Lideranças Partidárias ajam até amanhã ou aqueles que ainda não assinaram, assinem. Porque eu, como líder das Oposições e que tenho o maior respeito pela decisão da comissão porque lá temos três deputados da Oposição, mas, pela primeira vez vamos discordar, aqui, por eles terem aceito aquilo que desejou a maioria. A maioria desejou jogar para mais uma semana o seu relatório. Relatório de viagem, como disse o deputado Vanhoni. O que o povo do Paraná quer saber com relatório de viagem? O povo do Paraná quer saber onde é que estão os bandidos. Onde é que estamos correndo risco de vida. O que faz a bandidagem oficial deste Estado.

Senhores deputados, todos viram os depoimentos e assistiram que um cidadão, um joalheiro em Curitiba teve sua casa invadida pela polícia, com a desculpa de que

este cidadão havia disparado um tiro e atingido um prédio vizinho. Será que é verdade essa denúncia? Chegaram lá vasculharam a casa desse cidadão, nada encontraram, nem bala nem revólver e nem pistola, só que encontraram uma coisa mais importante do que bala ou revólver ou pistola; encontraram 7 mil e 900 reais na gaveta de uma cômoda do seu quarto. Encontraram também, senhores deputados, 2 pulseiras de ouro e um relógio Seiko automático.

Senhores deputados! Será que esta casa foi invadida por policiais ou por marginais? E quem estava chefiando esta operação era o Noronha, esse cidadão que está fugindo hoje da Justiça e está fugindo do nosso Estado, do Estado do Paraná. Senhores, este cidadão quando reclamou para o delegado chefe que estava dentro da sua casa, reclamou que aquilo não era papel de polícias e sim de marginais, foi imediatamente colocada uma 765 engatilhada na sua testa e um outro policial, um agente o algemou.

Deputado Nereu Moura, sabe o que fizeram com esse cidadão? Andaram por quatro horas com uma camionete não identificada da polícia. E sabe o que mais fizeram? Receberam ele numa delegacia de Curitiba, e aos tapas, pontapés e tabefes, ele foi recebido por outros policiais que já o aguardavam, porque falavam pelo rádio.

Meu caro deputado Zuk, aí ele foi para a sala de tortura, a sala 4, aonde recebeu choques, pontapés, socos, chutes em órgãos genitais, tudo isso esse cidadão sofreu, nu, e com jatos de água provocando um afogamento.

Senhores deputados, esse cidadão que nada devia, que é empresário em Curitiba, foi lhe quebrado duas costelas, bateram tanto nesse cidadão, deram tanto choque nesse cidadão que colocaram-no numa sala dizendo: “Vamos tomar um cafezinho e já voltamos para uma sessão macabra”. Senhores deputados, é possível diante de todas essas denúncias nos omitirmos diante de uma atitude que temos que tomar agora. Agora temos que tomar essa atitude. A desculpa é que nós da Oposição retiramos as assinaturas, retiramos, não há problema nenhum. Vamos assumir com os 54 deputados responsáveis pela segurança desse Estado desse Paraná. Não podemos senhor presidente, nos omitir diante de tanto banditismo, esse cidadão nunca mais viu os seus 7.900 reais, esse cidadão nunca mais viu as duas pulseiras e o relógio Seiko automático, mas esse cidadão viu sim, a tortura, o sofrimento, ele dizia: “Eu pedi à Deus para que me permitisse ainda por mais uma vez ver meu pai, minha mãe, minha mulher e meu filho”. Ele dizia: “Acho que jamais, meu Deus, eu vou poder ter a oportunidade de abraçar a minha família”. Porque ele se sentia já imediatamente se consumindo.

E para encerrar essa tortura fizeram ele assinar um papel em branco que ele nem sabe o que assinou, e assinou e disse que preferia assinar porque a vida dele já não valia mais nada, e a última ameaça, senhores, para que ele não reclamasse os 7.900, a pulseira e o relógio, a última ameaça foi igual fizeram para aquele menino Zanela, levaram lá meio quilo de maconha, colocaram por dentro da cueca daquele garoto, filho do Zanela, é

isso que eles ameaçaram esse cidadão para que ele não reclamasse a devolução dos seus 7.900 reais.

Senhores deputados, quero encerrar por aqui, lamentando a emissão daqueles que têm consciência, que sabe, que são pais de famílias, que não aceitam essa atitude de omissão, mas que muitas vezes, infelizmente, são levados a uma condição que tem que dizer não.

Senhores deputados, até amanhã estamos aguardando que esta CPI aconteça. Ou assumo esta CPI, ou então amanhã vamos protocolar nesta Casa a CPI com as assinaturas que já estiverem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 604/99, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública, a fundação Herbarium de Saúde e Pesquisa, com sede e foro no município de Colombo. **Aprovado.**

### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 618/99, de autoria do deputado Nelson Garcia, que denomina de Colégio Estadual Professor Paulo Alberto Tomazinho o atual Colégio Estadual de Umuarama. **Aprovado.**

### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 650/99, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Laticínios Carnes, Derivados e Rações Balanceadas de Castro e Região, com sede e foro no município de Carambeí. **Aprovado.**

**ITEM 04**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 651/99, de autoria do deputado Péricles de Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Canarinho Esporte Clube, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **Aprovado.**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 003/00, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Três Barras do Paraná, com sede no município de Três Barras do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a Emenda.**

**ITEM 06**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/00, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Santa Helena para pessoas portadoras de deficiência -ASHPPD, com sede e foro na cidade de Santa Helena. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a Emenda.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 645/99, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos de Deficiente Audio-Visuais de Assis Chateaubriand, com sede e foro no município de Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/00, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tijuca do Sul, com sede no município de Tijuca do Sul e foro no município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/00, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Asilo de Velhos Lins de Vasconcelos, com sede e foro no município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 220, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 202, de autoria dos senhores deputados Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi e demais senhores deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O Sr. Valdir Rossoni

Para discutir, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, estamos fazendo um requerimento solicitando informações à Casa Civil das viagens do governo Jaime Lerner ao exterior.

Sabemos, extra-oficialmente, que o governador Jaime Lerner já viajou 35 vezes ao exterior, permanecendo no exterior 286 dias. E se somarmos mais, que cada semana tem mais sábado e domingo, dois dias mais, o governador Jaime Lerner, entre sábados e domingos em viagens ao exterior, permaneceu 822 dias ou descansando ou viajando. Dos 1900 dias que ele governou o Paraná. Ou seja, 2 anos e 52 dias viajando ou descansando ou então elaborando projetos fantasiosos.

De forma, senhor presidente, que gostaríamos de saber, oficialmente, quantas viagens o governador realizou ao exterior, quanto custou cada viagem, quantas pessoas ou pessoa fizeram parte das comitivas, quem arcou com as despesas de cada viagem, quais os objetivos das viagens e quais os países visitados. Até porque, senhor presidente, temos que ter isto em mãos para que possamos dar respostas conclusivas e verdadeiras às pessoas e não ficarmos, na verdade, com informações que não estejam consubstanciadas nos acontecimentos.

Por isto estamos fazendo este requerimento, para podermos saber de fato se o governador vive viajando para o exterior, Paris, Nova York, Washington.

Agora mesmo, segundo informações da assessoria do governador, ele foi à Califórnia, fazer uma palestra na Universidade de Los Angeles, defender o “ligeirinho”.

Ora! O “ligeirinho” é uma marca pertencente à pessoa física do governador Jaime Lerner. Então, precisamos saber se esta viagem, senhor presidente, foi custeada pelos cofres públicos ou foi custeada pelo bolso do governador. Precisamos saber se essa viagem, presidente, foi custeada pelos cofres públicos ou foi custeada pelo bolso do governador. Precisamos saber exatamente se os objetivos dessa viagem e o que foi que o Paraná conseguiu com tantos deslocamentos do governador Jaime Lerner. Um amigo nosso do interior nos disse, que sendo o presidente Fernando Henrique Cardoso irá demitir o ministro Rafael Greca do Ministério do Esporte e Turismo, o Paraná deveria sugerir o nome do governador Jaime Lerner, porque ninguém entende mais de turismo do que o gover-

nador, em função das suas constantes viagens ao exterior, permanecendo quase um ano viajando, de forma que justifica-se plenamente o nosso pedido de informações em cima dessas questões, que são importantes e relevantes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Para Encaminhar, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, poderia responder aqui em três palavras as afirmações do deputado Nereu Moura. primeiro as informações do governador Jaime Lerner, todas as vezes foram autorizadas pela Casa e encontraram-se na Casa. Segundo, a resposta que eu poderia dar, do resultado dessas viagens, foi a transformação da economia do Estado do Paraná, para não citar todas as indústrias que se instalaram no Paraná, através do conhecimento que o governador tem do mundo, um homem diga-se de passagem, que é cidadão do mundo, que é conhecido pela sua competência e que, certamente, essa experiência e capacidade do governador em atrair para o Estado do Paraná todos esses investimentos, que hoje estão aqui no Paraná. É essa a resposta que dou ao deputado Nereu Moura e a parte sádica do seu posicionamento vou deixá-la de lado, porque não vem ao caso de ser respondida.

Por isso, peço a Bancada de sustentação ao governador, que votemos contra esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, gostaria que Vossa Excelência constasse em Ata o voto dos deputados, que querem saber a verdade do Paraná. Os deputados Luiz Carlos Zuk, Edgar Bueno, Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson, José Maria Ferreira e Irineu Colombo.

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. CEZAR SILVESTRI

Pela Ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Não vou aceitar que o deputado Nereu Moura dite normas de ética e de moral, que incluam a minha pessoa. Ele precisa antes provar que é uma pessoa idônea e que possa realmente citar o meu nome. Não vou aceitar.

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa solicita aos senhores deputados que mantenham a calma.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, Questão de Ordem?

(**Assentimento**)

Como fez o registro o deputado Nereu Moura, de quem votou favorável ao seu requerimento, de gente que quer ter conhecimento, gostaria de não citar todos os nomes dos deputados, mas que fosse registrado em Ata o nome dos deputados que já conhecem os resultados das viagens do governador, que estão aqui e que derrubaram o requerimento.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor Presidente, Pela Ordem, novamente?

(**Assentimento**)

Até por uma questão de consideração à pessoa do governador Jaime Lerner, não ao governador, todos sabem que, inclusive, um dos motivos da viagem do governador foi pelo tratamento de saúde de sua esposa. Todos sabem. O Paraná inteiro sabe. Acho que a Oposição está cumprindo com o seu papel, mas quando parte para a dona da verdade acima do bem e do mal, acaba perdendo o nosso respeito, como o deputado Nereu Moura está perdendo o meu.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, Pela Ordem?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há mais Questão de Ordem. Vossa Excelência já tem o encaminhamentos sobre o mesmo assunto, aliás, Vossa Excelência fez o requerimento e respondeu as perguntas do requerimento.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Queria só responder porque fui citado. Quero aqui me penitenciar se ofendi o deputado Cezar Silvestri, na verdade o meu objetivo não era esse, mas quero dizer que, o que o governo divulgou da viagem do governador de que ele iria para a Califórnia dar uma palestra em Los Angeles, não tinha nada com problema de saúde da esposa do governador. Se ele tivesse dito isso com certeza teria a nossa aprovação e o nosso respaldo, mas não foi isso que fez divulgar na imprensa.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Ele fez motivo particular deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimentos n<sup>os</sup> 221 a 224, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n<sup>o</sup> 225, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n<sup>os</sup> 226 e 227, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 230 a 232, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 233 a 241, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 242, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 243 a 245, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 248, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 249, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 251 e 251-A, de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 203, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, é mais um requerimento que trazemos no sentido de buscar conhecer. Vi há pouco aí alterando as vozes do meu amigo Cezar Silvestri e do Nereu, mas gostaria que elevássemos a consciência, e não estou dando lição de consciência em ninguém, mas gostaria que elevássemos a consciência do cumprimento desta Casa. Temos um problema sério de equilíbrio econômico financeiro no Estado do Paraná, o governador tem antecipado em reiterados meses a arrecadação do ICMS do Estado do Paraná. O governo tem feito isto sem autorização do Banco Central, sem autorização do Senado Federal, desrespeitando e passando por cima da própria legislação, tanto é que hoje deve explicação lá no Banco Central. E esta Casa não sabe das informações, pelo menos de público a instituição não conhece esses dados. Apresentei esse requerimento no dia 24 de novembro do ano passado, reapresentei em forma um pouco diferente no dia 02, dia 18 de fevereiro do ano em curso, e apresentei na data de ontem que foi pedido para discutir. E o que este deputado quer saber no cumprimento do seu dever? Qual o custo financeiro das antecipações, qual o prazo para devolução ou amortização do débito pelos créditos de ICMS que o Estado tem junto ao contribuinte, e se todas as operações foram feitas mediante as mesmas condições, ou se houve condições diferenciadas de contribuinte para contribuinte. Ora, que dificuldade tem o governo, que diz ser sério, que diz ser transparente, não poder informar isso, qual é a dificuldade? Ou virou aí uma seis Maria que pertence a um grupo e ele fala em nome do povo paranaense. Qual a dificuldade que esse governo tem que

mantém um secretário que não tem moral para continuar, como é o secretário de Segurança, e hoje nem sequer para mostrar como é que está o caixa do governo tem condições. Ora, ou essa Casa já não serve para mais nada, nem para conhecer? Senhor presidente, lhe peço porque estou no meu pedido de encaminhamento.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência está se desviando do assunto.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Estou dentro do assunto, o assunto é requerimento do ICMS. O que temos que fazer? Precisamos de conhecer, diz o secretário o seguinte: “Em face da divulgada, aliás, tudo foi feito dentro da mais absoluta legalidade, não se trata de operação de crédito”. Ora, nunca vi alguém tomar emprestado pagando juro ou fazendo deflação do valor. Isto é operação de crédito, tem que passar por esta Casa. Se fosse apenas a antecipação do valor de face, e deduzido do valor arrecadado, aí sim seria uma operação entre contribuinte e o Estado. Mas não, o Estado do Paraná paga juros, tem valor de deflação do imposto e esta Casa não conhece e não reconhece nem os valores. Se o líder do Governo tem condições de me informar o que pedi, eu não preciso. Porque não sou eu quem precisa destas informações, senhor presidente, é a Casa, enquanto instituição, enquanto poder permanente, neste Estado!

É por isto que os requerimentos desta ordem trazem a dificuldade que estão trazendo e que estamos vivendo, porque falta a transparência do governo. Por isso encareceria aos senhores deputados que este tipo de requerimento passasse, o mínimo que temos que fazer é conhecer o que o Estado do Paraná está fazendo com o recurso do contribuinte.

E aqui é um direito meu, um direito de cada deputado e senhor presidente, não abro mão dele.

Muito obrigado.

#### O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Colaborando com o encaminhamento do deputado José Maria Ferreira, tenho em minhas mãos um estudo, em que o Estado do Paraná apresenta um balancete onde o déficit diminuiu. Tem dois grandes problemas este balancete, primeiro há uma falha na informação que entrou o recurso do programa de saneamento, um montante de mais de 2 bilhões no caixa do Tesouro do Estado, o Tesouro não deu saída mas, efetivamente, entrou lá no caixa do Banestado.

A segunda informação deste balancete é que tivemos uma arrecadação maior de ICMS, no Estado do Paraná. Mas analisando por que tivemos uma arrecadação maior é exatamente o crescimento de 18% em relação a 98, foi dado conta que este aumento de 18% é em virtude da antecipação do ICMS. E o próprio governo, além de antecipar o ICMS não faz o pagamento dos créditos de ICMS que tem. Portanto, você tem, no caixa, um recurso maior, portanto consegue maquiagem o balan-

cete. Consegue não dando saída ao dinheiro que efetivamente saiu, consegue não informando que a antecipação é um déficit, tem que pagar isso, como uma operação de crédito, como se referiu o deputado José Maria, e o pior é que não temos informações onde esta bomba de efeito retardado vai estourar, no colo de quem.

Várias empresas sendo privatizadas, o recurso está se esaurindo, a dívida continua aumentando, o governo continua contratando gente, como citei no meu pronunciamento anterior e há a antecipação do ICMS. Então queremos saber a verdade porque isso é uma bomba de efeito retardado, é apenas esta informação que queremos, endossando o encaminhamento do deputado José Maria Ferreira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. 8 deputados aprovam.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

**Rejeitado.**

Esta Presidência anuncia com prazer a presença da vereadora de Cascavel, Leonilda seja bem-vinda a nossa Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 090/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 007, 052, 093, 094, 104, 330 e 637/99.

Levanta-se a sessão.

### **Atos da Comissão Executiva:**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições;

**R E S O L V E :**

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 016/2000**

conceder, a PEDRO ALVARES DOS SANTOS, matrícula nº 084, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A-NU-2, do Quadro da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotado no Gabinete da Procuradoria, nos termos do Art. 247, da Lei nº 6.174/70, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 27 de setembro de 1989 e 27 de setembro de 2000.

(Prot. nº 8821/99)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31.01.2000.

### **ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 029/2000**

determinar, a Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto da imposto de renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula nº 00079, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do art. 30 da Lei Federal nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme o inciso XXVII, do art. 40, do Regulamento do Imposto de Renda contido no Decreto Federal nº 1.041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do art. 30, da citada Lei Federal nº 9.250/95.

(Prot. nº 779/2000)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

### **Atos da Diretoria Geral:**

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

**PORTARIA Nº 33/2000**

colocar a disposição do Governo do Estado do Paraná, o servidor deste Poder Legislativo, ALAN CASTELLO BRANCO GRADOWSKI, com ônus para o órgão de origem, o qual prestará seus serviços junto ao programa PRÓ-ATLÂNTICA, até 21.12.2000.

**PORTARIA Nº 34/2000**

prorrogar a disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, OSVALDO DO CARMO, a fim de que permaneça prestando serviços junto ao Departamento da Polícia Civil, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com ônus para o órgão de origem até 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 1307/2000)

**PORTARIA Nº 35/2000**

colocar a disposição junto a Subchefia para Assuntos Especiais da Casa Civil, a servidora deste Poder Legislativo, SAMIRA GAZELI SAAMARA, até 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 1308/2000)

**PORTARIA Nº 36/2000**

colocar a disposição da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a servidora deste Poder Legislativo, ALESSANDRA DE MELLO, para prestar serviços junto

ao Departamento de Trânsito do Paraná (Detran), até 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 1367/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 14.03.2000.

#### PORTARIA Nº 37/2000

colocar a disposição do Tribunal Regional Eleitoral, a servidora deste Poder Legislativo, SILVIA HELENA RODRIGUES MOMO, para prestar serviços junto à Justiça Eleitoral do Estado do Paraná, até o dia 31 de dezembro de 2000, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 1808/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.03.2000.

#### PORTARIA Nº 38/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de CLÉIA LUCIA PEREIRA CARAZZAI, matrícula nº 40450, funcionária desta Assembleia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Operador, nível E-05, lotada na Diretoria de Pessoal, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o Art. 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 554/2000)

#### PORTARIA Nº 39/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ELIZABETH TAVARES DA LUZ, matrícula nº 40914, funcionária desta Assembleia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, lotada na Diretoria de Pessoal, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e

21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o Art. 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 82/2000)

#### PORTARIA Nº 40/2000

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de PEDRO SUDUL, matrícula nº 40069, funcionário desta Assembleia Legislativa sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível N-61, lotado no Gabinete da Procuradoria Geral, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o Art. 248, da Lei de nº 6174/70, assegurado pelo § 3º, do Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 878/2000)

#### PORTARIA Nº 41/2000

colocar a disposição da Secretaria de Estado da Educação, a servidora deste Poder Legislativo, MARIA JOAQUINA FARIA DE PAULA, para prestar serviços junto ao Gabinete desta Secretaria, sem ônus para o órgão de origem, até o dia 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 1702/2000)

#### PORTARIA Nº 42/2000

colocar a disposição do governo do Estado do Paraná, a servidora deste Poder Legislativo, RICARDO MELANSKI CARNEIRO, para prestar serviços junto ao Departamento da Polícia Civil, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com ônus para o órgão de origem, até o dia 31 de dezembro de 2000.

(Prot. nº 1807/2000)

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.03.2000.

ABIB MIGUEL - Diretor Geral